

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS – CFO/PMMA

ELSON CARLOS CAVALCANTE VASCONCELOS

**CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE LIBRAS PARA FORMAÇÃO DOS POLICIAIS
DO 1º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE TURISMO DO MARANHÃO (BPTur):**
uma concepção sobre a acessibilidade das pessoas surdas à segurança pública

SÃO LUÍS - MA
2022

ELSON CARLOS CAVALCANTE VASCONCELOS

**CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE LIBRAS PARA FORMAÇÃO DOS POLICIAIS
DO 1º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE TURISMO DO MARANHÃO (BPTur):
uma concepção sobre a acessibilidade das pessoas surdas à segurança pública**

Monografia submetida à banca examinadora e apresentada ao departamento de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, no Curso de Formação de Oficiais PMMA, Bacharelado em Segurança Pública, como requisito para conclusão do curso e assim, ser declarado Aspirante à Oficial da PMMA.

Orientadora: Prof^a Sílvia Cleide Piquiá dos Santos

SÃO LUÍS - MA

2022

ELSON CARLOS CAVALCANTE VASCONCELOS

**CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE LIBRAS PARA FORMAÇÃO DOS POLICIAIS
DO 1º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE TURISMO DO MARANHÃO (BPTur):
uma concepção sobre a acessibilidade das pessoas surdas à segurança pública**

Monografia submetida apresentada ao departamento de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, no Curso de Formação de Oficiais PMMA, Bacharelado em Segurança Pública.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Profª Me. Sílvia Cleide Piquiá dos Santos (Orientadora)

Mestre em Letras pela Universidade Federal do Maranhão
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Esp. Luinaldo da Silva Soares

Especialista em Libras pelo Instituto de Ensino Superior Múltiplo
Universidade Estadual do Maranhão

2º Sargento PM Lilian Joyce Soares Frazão

Universidade Estadual do Maranhão

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, minha esposa, meus pais, meus irmãos, filha e amigos por todo incentivo e motivação ao longo do Curso de Formação.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente quero agradecer a Deus, pois só Ele sabe de todas as coisas e nunca falha!

À minha mãe, Nelsa Maria Cavalcante Vasconcelos e ao meu pai, Sebastião Carlos Vasconcelos, por terem me dado a vida é uma criação com todo cuidado, carinho e amor.

Ao meu irmão mais velho, Ney Carlos Cavalcante Vasconcelos, por toda proteção que teve comigo em todos esses anos e ao meu irmão Ian Carlos Cavalcante Vasconcelos, por todo incentivo e carinho;

À minha filha Maria Valentina Araújo Vasconcelos, por me fazer ser uma pessoa melhor, tentando conquistar tudo para poder proporcionar o melhor para ela;

Agradecer de maneira muito especial a minha esposa, Sara Taira da Silva Paz Cavalcante, que além de todo companheirismo, amor e compreensão, “obrigou-me” a realizar o vestibular para o CFOPM; e às minhas cunhadas Gilmara, Bruna e Edilene.

A todos os amigos da 25ª Turma – Cães de Guerra, em especial ao “laranja”, cadetes: Macedo, Paulo, Sávio, Almeida, Melo, Lima, Emanuel, Sá, Cury, Lucas, Pedro, Cruz e L. Pereira, onde deixamos nossas famílias para conquistar nossos sonhos a mais de 400 km de distância.

Também agradeço à minha orientadora Sílvia Cleide Piquiá dos Santos, por nortear esta pesquisa, pois contribuiu de maneira **singular** para o trabalho de conclusão e que me ajudou de forma significativa para que minha pesquisa pudesse ser concluída.

Aos oficiais e praças da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias – APMGD, instrutores e professores pelos conselhos, paciência, ajuda e suporte com os quais encaminharam o meu aprendizado.

“A língua de sinais é para os olhos o que as palavras são para os ouvidos”

“Autor desconhecido”

RESUMO

Este trabalho trata sobre a contribuição da disciplina de Língua Brasileira de Sinais - Libras, na formação dos policiais pertencentes ao 1º Batalhão de Polícia Militar de Turismo do Maranhão – (BPTur), partindo do seu reconhecimento como língua de comunicação e expressão da comunidade surda pela Lei nº10.436/02 e regulamentada pelo Decreto N°5.626/05. Esses documentos são relevantes para as conquistas alcançadas pela Comunidade Surda e pela valorização da sua língua nos espaços públicos, assim como durante abordagens policiais e acessibilidade na Segurança Pública. A pesquisa tem como objetivo, analisar a formação em Libras dos policiais do BPTur, buscando verificar seu vocabulário básico para uma abordagem na língua de sinais e seu desempenho para que possam manter uma interação básica com os cidadãos surdos nas ocorrências. A pesquisa é de caráter quali-quantitativa, executada através de uma pesquisa de campo para coleta de dados por meio da aplicação de um questionário semiaberto, possibilitando verificar o conhecimento dos policiais militares. Para fundamentação teórica, destacamos os autores: Mantoan (2003), Gesser (2009), Azevedo et. al. (2018), Quixaba (2011), Santos (2020) entre outros teóricos e legislações que tratam dos direitos das pessoas com deficiência. Toda a temática abordada na pesquisa tem a finalidade de melhorar o atendimento nas abordagens policiais e ainda motivar a formação continuada dos policiais, pelo fato de ser o momento em que a maioria dos profissionais tem o primeiro contato com a língua de sinais.

Palavras-chave: Acessibilidade; Libras; Polícia Militar; Abordagem Policial.

ABSTRACT

This work deals with the contribution of the discipline of Brazilian Sign Language - Libras, in the training of police officers belonging to the 1st Military Police Battalion of Tourism of Maranhão - (BPTur), starting from its recognition as a language of communication and expression of the deaf community by the Law No. 10.436/02 and regulated by Decree No. 5.626/05. These documents are relevant to the achievements achieved by the Deaf Community and the appreciation of their language in public spaces, as well as during police approaches and accessibility in Public Security. The research aims to analyze the training in Libras of BPTur police officers, seeking to verify their basic vocabulary for an approach in sign language and their performance so that they can maintain a basic interaction with deaf citizens in the occurrences. The research is qualitative-quantitative, carried out through field research to collect data through the application of a semi-open questionnaire, making it possible to verify the knowledge of the military police. For theoretical foundation, we highlight the authors: Mantoan (2003), Gesser (2009), Azevedo et. al. (2018), Quixaba (2011), Santos (2020) among other theorists and legislation dealing with the rights of people with disabilities. The entire theme addressed in the research aims to improve service in police approaches and also motivate the continuing education of police officers, as it is the moment when most professionals have their first contact with sign language.

Keywords: Accessibility; pounds; Military police; Police approach.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Alfabeto de Libras	25
Figura 2 – Abordagem a pessoa(s) em atitude(s) suspeita(s).....	36
Figura 3 – Significado - Surdo.....	51
Figura 4 – Frase – Fui assaltado	52
Figura 5 – Frase - Roubou meu celular	52
Figura 6 – Frase - Eu perdi meus documentos	53
Figura 7 – Significado - Policial ou Polícia	54
Figura 8 – Frase - você será abordado	55
Figura 9 – Frase - entrelaçar os dedos e colocar atrás da cabeça	55
Figura 10 – Frase - fique de frente para muro ou vire-se para a parede	56
Figura 11 – Frase - Vamos para a delegacia de polícia	57
Gráfico 1 – Posto / Graduação.....	41
Gráfico 2 – Sabe Língua Brasileira de Sinais (Libras)?	42
Gráfico 3 – Cursou Disciplina de Libras em Curso de Formação na Instituição? ...	43
Gráfico 4 – Se sim, foi em qual curso?.....	43
Gráfico 5 – Seu primeiro contato com a Libras foi na disciplina ofertada nos Cursos de Formação da PMMA?	44
Gráfico 6 – Se não, onde foi?	45
Gráfico 7 – Conhece alguma pessoa surda?	46
Gráfico 8 – Já abordou ou se envolveu em ocorrência com alguma pessoa surda em serviço?.....	47
Gráfico 9 – Você se sente preparado para atuar em uma abordagem com cidadãos surdos?	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DOS SURDOS	13
2.1 História de Luta dos Surdos no Brasil	15
2.2 Movimento Surdo no Maranhão e Dispositivos Legais	18
3 COMUNICAÇÃO E LÍNGUA DAS PESSOAS SURDAS.....	22
3.1 Língua Brasileira de Sinais na Educação de Surdos.....	24
4 FORMAÇÃO POLICIAL PARA ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS SURDAS ...	31
4.1 Experiências de Abordagens com Acessibilidade para Surdos, realizadas pelas Polícias Militares.....	31
4.2 Procedimento Operacional Padrão de Abordagem	34
4.3 Abordagem a Pessoas Surdas - PMMA.....	35
5 METODOLOGIA	38
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	41
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICES.....	67
ANEXOS.....	71

1 INTRODUÇÃO

Partindo da premissa constitucional que a Segurança Pública é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, entende-se que não deve haver discriminação para usufruí-la. No entanto, nem sempre ela é garantida a todos os cidadãos brasileiros, pois existem determinados grupos que necessitam de prioridades devido a suas especificidades, as quais não são atendidas. Em meio a esse contexto, a presente pesquisa destaca as pessoas surdas e as dificuldades por elas enfrentadas na sociedade, em especial no que tange ao serviço de segurança prestado pela Polícia Militar do Estado do Maranhão - PMMA.

Analisando a realidade mais recente em nossa sociedade, pelo último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010, constatou-se que quase 10 milhões de pessoas possuem deficiência auditiva no Brasil, sendo que no estado do Maranhão eram quase 350 mil. Apesar de grande parte das deficiências auditivas não serem consideradas surdez, os dados fazem com que se tenha atenção para a temática.

Diante da realidade presenciada, e como consequência das constantes discussões provindas das conquistas observadas no período pós-guerra pela Declaração dos Direitos Humanos, nota-se uma evolução jurídica nacional no que tange aos direitos das pessoas com deficiência. A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, e determina no artigo 1º “a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Essa garantia fundamental já estava prevista na Constituição Federal de 1988 e em outros dispositivos legais anteriores.

Nesse contexto de garantia da segurança pública aos surdos, destaca-se a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação e expressão. A Lei Federal de nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, reconhece a Libras como língua da comunidade surda no Brasil, significando um grande avanço para os surdos e a partir desse acontecimento, aconteceram vários desdobramentos legais para melhorar a acessibilidade da pessoa surda, como a inclusão da disciplina de Libras no curso de Formação Policial.

Destacamos a área da educação, como uma das pioneiras na luta da comunidade surda para o reconhecimento da língua de sinais e para assegurar essa garantia aos surdos no âmbito escolar. Assim, o decreto de nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a inclusão da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura, pedagogia, formação de professores e fonoaudiologia e optativa nas demais formações superiores, sendo um notório avanço na capacitação dos educadores e demais profissionais. Diante dessa prerrogativa legal, as instituições policiais militares incorporaram essa mudança de pensamento que possibilita maior acessibilidade.

Visto isso, analisando a realidade maranhense, queremos destacar a importância dos policiais que estão na linha de frente do policiamento ostensivo, para que tenham o compromisso e a capacidade para atender de forma eficiente as pessoas surdas nas mais diversas ocorrências, estando elas em situação de vítima ou como possível suspeito. Diante desse contexto, é preciso que haja conhecimento e competência dos agentes de segurança pública para se comunicarem em Libras com a pessoa surda, de modo que, o seu desempenho e técnica possibilite a comunicação almejada. Resolvemos analisar a formação em Libras dos policiais do BPTur para manter uma interação básica com um cidadão surdo nas ocorrências, buscando verificar seu vocabulário básico para uma abordagem na língua de sinais e seu desempenho.

Assim, o tema proposto no presente estudo é o ensino da Língua Brasileira de Sinais nos Cursos de Formação proporcionados pela Polícia Militar do Maranhão. Destacamos ainda o caráter humanizado que deve ser desenvolvido na instituição, e conseqüentemente melhora na prestação de serviço a pessoa surda, já que essa classe da população brasileira depende quase que exclusivamente da Libras para se comunicar (SILVA, 2010).

A inserção da Libras no âmbito da Polícia Militar, traz uma representatividade bem maior do que a simples capacitação dos agentes pertencentes a esta força. Com isso, vem todo um pensamento e ideal de acessibilidade que pretende extinguir para sempre os estigmas e preconceitos perpetuados na sociedade. Sendo o conhecimento da língua de sinais a forma possível de estabelecer um diálogo entre policial e a pessoa surda para garantia do exercício do direito e cidadania à segurança.

A inserção da disciplina de Libras nos Cursos de Formação de policiais, tem sua importância justificada pelo objetivo de melhorar o atendimento e o serviço prestado à sociedade. Assim, a pesquisa quer refletir a relevância da formação linguística do policial militar para promover a acessibilidade das pessoas surdas durante abordagens policiais, a fim de cumprimentar às orientações dos Direitos Humanos, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Estatuto da pessoa com deficiência, versam com a finalidade de garantir a acessibilidade nos serviços públicos de Segurança Pública. Nessa perspectiva, a Polícia Militar como instituição pública deve capacitar e aprimorar aspectos das abordagens policiais para atendimento aos surdos, além de melhorar o processo de interação nas demais situações que envolvam o serviço policial e a comunidade Surda (AZEVEDO et al., 2018).

Para alcançar a proposta da pesquisa, procurou-se compreender como o ensino da Língua Brasileira de Sinais nos Cursos de Formação Militares pode contribuir no atendimento de ocorrências com pessoas surdas na área do 1º Batalhão de Polícia Militar de Turismo do Maranhão – BPTur. É relevante salientar que ainda há muito a ser aprimorado na oferta da Disciplina de Libras nos Cursos de Formações das polícias militares estaduais, pois muitos profissionais, mesmo concluindo a disciplina não conseguem estabelecer um diálogo, se assim forem exigidos.

Traçamos os objetivos específicos para investigação das dificuldades enfrentadas por policiais que se depararam com ocorrências envolvendo pessoas surdas. Os objetivos específicos: identificar a relevância da disciplina Libras na formação dos policiais; investigar se os policiais da BPTur possuem um vocabulário em Libras capaz de manter uma interação básica com um cidadão surdo nas ocorrências; e analisar os conhecimentos em Libras dos policiais e os impactos que a aprendizagem dessa língua trouxe no desempenho do seu trabalho.

Nessa perspectiva, que se pretende abordar sobre a acessibilidade dos cidadãos surdos aos serviços prestados pela Polícia Militar do Estado do Maranhão, e justificar a escolha do 1º BPTur. Esse batalhão atua em áreas de maior visitação da população ludovicense e turistas dos mais diversos lugares do mundo, como toda a extensão da Avenida Litorânea e suas praias, Espigão Costeiro e Centro Histórico. No Centro Histórico da cidade, é comum observar encontros de grupos de pessoas surdas, então a segurança pública ali deve alcançar e atender a todos, ou seja, os

policiais precisam ofertar segurança e acessibilidade a todos os cidadãos ouvintes ou surdos.

Diante disso, percebemos a importância de investigar se os demais policiais do batalhão tinham conhecimentos de Libras e se conseguiam manter uma comunicação básica numa abordagem policial. A Lei nº 10.436/02 garante o atendimento em Libras pelo poder público como meio de comunicação e da disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores, o que impulsionou uma a inserção da disciplina em formações de outras áreas também, como da segurança pública.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DOS SURDOS

A história de uma pessoa surda perpassa pelo discurso religioso escrito na Bíblia, no Livro de Marcos no capítulo 7, do versículo 31 ao 37, datando assim o fato no período de Cristo, onde a passagem mostra o encontro de Jesus com um surdo, narrando a cura da sua surdez diante da multidão. Esse acontecimento mostra o poder da língua oral para a sociedade, que discrimina quem não oraliza.

Goldfeld (2002), diz que no decorrer da história, os surdos eram vistos de forma negativa por várias sociedades. Na antiguidade, eles eram tratados com piedade e compaixão, depois passaram a ser castigados, sacrificados ou abandonados. Na Grécia Antiga, os surdos eram tidos como pessoas inválidas e sem serventia, muitas vezes sendo condenados à morte ou escravizados. Na Idade Média, eram punidos e jogados na fogueira, por serem considerados incapazes de confessar seus pecados, por não oralizarem, eram proibidos de receber a comunhão, e qualquer direito como cidadão era retirado.

Lacerda (1998), fala que a ideia da educação de surdos era desenvolver seu pensamento, obter conhecimento e conversar com a população ouvinte. Devido à determinação da oralidade, desligam-se o surdo da cultura surda e do mundo, atrapalhando a sua língua natural e impossibilitando de se tornar uma pessoa racional e social. Os surdos considerados de famílias nobres do século XVI desfrutavam de educadores para que não fossem impedidos de “falar” e sobretudo, privados dos direitos legais, os quais seriam assegurados àqueles que verbalizavam. Pedro Ponce de Leon foi o primeiro educador dos surdos, os métodos de ensino de Ponce visavam à língua falada, no entanto, o processo de oralização

para quem não ouve é algo complexo. O Francês Abade Charles-Michel L'Épée, também teve um destaque na história dos surdos. Nascido, no dia 25 de novembro de 1712, na França, L'Épée foi um grande nome no desenvolvimento de uma língua de sinais para os surdos e se dedicou à educação dos surdos com o propósito de educá-los de acordo com as convicções do cristianismo.

Não se tem conhecimento a respeito dos trabalhos de L'Épée até os anos de 1760, quando a pedido de um amigo chamado Padre Vanin, para ensinar duas irmãs gêmeas surdas muito carentes, cuja sua formação estava sob a responsabilidade do Padre Vanin. Com a comunicação entre L'Épée e as irmãs surdas, o Francês analisou que era possível ensinar os surdos através do uso dos gestos e que através dos sinais a comunicação se tornaria mais compreensível. Por esta razão, Charles Michel de L'Épée, surgiria para mudar a história da educação das pessoas surdas na Europa e é considerado até os dias de hoje, uma das pessoas mais importantes na história (QUADROS; KARNOPP, 2004)

A Língua de Sinais Francesa, utilizada na educação dos surdos por método desenvolvido por L'Épée, teve grande importância e influência para o ensino utilizado para o ensino da Língua Brasileira de Sinais, visto que, a Libras foi difundida baseada no método criado pelos franceses no século XVIII. Porém, entre os séculos XVIII e XIX, acreditava-se na superioridade da língua falada, na qual, defendiam a preferência da linguagem oral na educação do sujeito surdo, alegando que a educação de surdos deveria acontecer apenas por meio da oralização. De acordo com as práticas oralistas, o uso dos sinais atrapalhava o aprendizado da fala. Essas práticas ocorridas no campo político/pedagógico da surdez determinaram novas propostas que mudaram a direção da educação dos surdos. Tais transformações oficializaram-se, especialmente, por meio do Congresso de Milão em 1880.

Segundo Quadros e Karnopp (2004), a partir do Congresso de Milão em 1880 a filosofia educacional se modificou e o método combinado foi alterado para o oralismo, ocasionando um retardo na aprendizagem do surdo, tanto na escrita quanto na leitura. Este congresso foi uma conferência internacional de educadores de surdos. Os educadores se reuniram para decidir qual o melhor método para educar os surdos. Vários ouvintes tiveram acesso ao congresso, enquanto os surdos foram barrados e proibidos de frequentar. O objetivo do congresso era decidir entre o método de sinais e o oral, sendo decidido ao final do evento que a educação

Oralista era a ganhadora e a língua de sinais foi proibida nas escolas de todo o mundo.

Em 1817, Laurente Clerc e Thomas Gallaudet, fundaram a primeira escola de caráter permanente para surdos nos Estados Unidos que promoveram estudos linguísticos da língua de sinais e, na década de 1960, houve a descoberta de William Stokoe de que a língua de sinais era uma língua natural dos surdos. Essa descoberta provocou mudanças na filosofia da educação para surdos, de Oralismo para “Comunicação Total” (MENOSSI, 2011). Sua principal finalidade é possibilitar a interação das pessoas surdas com vários recursos diferentes (datilologia, oralização, leitura labial, sinais, gestos, escrita entre outros) para se comunicar. É evidente sua relevância no desenvolvimento histórico da comunicação, pois visava acima de tudo, facilidade na integração dos surdos em meio a sociedade, considerando abordagens alternativas, como o uso da datilologia (KEZIO, 2016).

Nos anos 1970, surge na Europa o bilinguismo uma concepção em que a língua de sinais é a primeira língua e a língua oral a segunda língua, sendo usadas de maneira não simultânea. Essa filosofia acreditava que o surdo deveria aprender a língua de sinais, para dar base à aprendizagem da língua materna do seu país, escrita ou fala. Por isso, alguns estudiosos consideram essa proposta como a mais adequada para o ensino dos surdos. O bilinguismo ganhou bastante notoriedade e adeptos pelo mundo, valorizando a cultura das pessoas surdas, sua identidade e consolidando a autonomia de suas línguas de sinais (MENOSSI, 2011).

2.1 História de Luta dos Surdos no Brasil

A história da educação de surdos no Brasil teve início com a fundação do Instituto de Surdos-Mudos, em Janeiro de 1856, fundado pelo professor surdo Francês Ernest Huet, que veio ao Brasil a pedido do Imperador Dom Pedro II para trabalhar com a educação de surdos. Hoje, conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), marco relevante para comunidade surda em nosso país.

O INES foi fundado há 152 anos e a presença de narrativas ligadas à memória faz parte da cultura institucional. A marca de sua longa história é muito forte na instituição, embora, contraditoriamente, a atenção com a memória oral seja mais relevante do que com a memória escrita. Muito se

perdeu de fontes documentais e materiais, por diversas razões que não cabem aqui serem discutidas (ROCHA, 2010, p.33).

Ao longo da história, o INES representa a memória, a luta e a resistência das pessoas surdas na construção histórica da educação e da identidade da comunidade surda. A identidade cultural do surdo está estreitamente ligada com o desenvolvimento das Línguas de Sinais pelo mundo, sendo estas um ato de resistência e representatividade para as pessoas surdas, de sua força para conseguir seu espaço e assegurar seus direitos fundamentais por meio da educação (MORI; SANDER, 2015)

Em virtude do trabalho de Ernest Huet, o seu legado ficou para sempre na história dos surdos, tendo um grande reconhecimento e prestígio. Na década de 60, surgem legislações voltadas à integração das pessoas com deficiência na escola regular e em escolas especiais. Uma delas foi a Lei n.º4.024 de 1961 inclui a educação de excepcionais (que envolve todas as pessoas com deficiência) no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 88. A educação de excepcionais deve, no que fôr possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961, n/p).

Nesse período também surge a Campanha de Educação de Surdos Brasileira com a finalidade de dar visibilidade à educação das pessoas surdas. Inclusive, nesse momento houve a mudança do nome do instituto para INES por meio do decreto n.º 42.728/1957, conforme os seguintes artigos:

Art. 1º Fica instituída, no Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Ministério da Educação e Cultura, a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (C.E.S.B.). Art. 2º Caberá à Campanha promover, por todos os meios a seu alcance, as medidas necessárias à educação e assistência no mais amplo sentido, aos deficientes da audição e da fala, em todo o Território Nacional, tendo por finalidades precípua: a) organizar, financiar e executar planos de proteção e ajuda aos deficientes da audição e da fala. (BRASIL, 1957, n/p).

Até o início da década de 60, os professores ouvintes eram os responsáveis pelo desenvolvimento da oralização do aluno surdo, e o método de ensino era Oralismo, pois as línguas de sinais eram proibidas para o ensino de surdos.

Apesar da discriminação linguística que afetou o desenvolvimento escolar do surdo, houve muitas conquistas da comunidade surda que cooperaram para a transformação do olhar sobre e do surdo ao longo da história, resultando no fortalecimento da cultura e identidade dos surdos (PERLIN, 1998).

O movimento surdo também conquistou direitos importantes com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas – ONU, 1948), que mesmo não sendo um documento formalmente obrigatório, serviu como embasamento para a elaboração de outros tantos documentos importantes em diversos países, dentre eles a nossa Constituição Federal de 1988, com sua essência em garantir direito à liberdade, igualdade e fraternidade, princípios esses trazidos pelos direitos humanos, além de primar pela dignidade, respeito e tolerância com todas as pessoas apesar das diferenças (LIRA; DIODATO, 2018, p. 1-2).

Com a efetivação da Constituição Federal, o movimento surdo passa a ter um ordenamento jurídico o qual possa se apoiar para nortear suas lutas. Como consequência, observaram-se enormes avanços para as pessoas com deficiência auditiva, principalmente no âmbito da educação. No ano seguinte à Constituição, a Lei nº 7.853/1989, assegura às pessoas com deficiência a sua integração social para que possam exercer em sua totalidade os direitos fundamentais (BRASIL, 1989). Essa lei só é regulamentada 10 anos depois com o Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que identifica as pessoas com perda auditiva por meio de categoria definida por graus e níveis de surdez:

- II - deficiência auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:
 - a) de 25 a 40 decibéis (db) – surdez leve;
 - b) de 41 a 55 db – surdez moderada;
 - c) de 56 a 70 db – surdez acentuada;
 - d) de 71 a 90 db – surdez severa;
 - e) acima de 91 db – surdez profunda; e
 - f) anacusia;

Essas legislações marcam conquistas para o movimento surdo por amparar legalmente reivindicações de inclusão social das pessoas com deficiência e determinar as diferenças entre cada uma delas. Depois, surgiu a Lei nº 10.098, de 10 de dezembro de 2000, que estabeleceu normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Essa Lei foi importante para iniciar o processo de acessibilidade às pessoas com deficiência

auditiva, porém não trata especificamente do surdo nem como deve ser eliminada a barreira da comunicação, nem trata da mediação do intérprete de Libras ou do uso da língua de sinais.

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Apesar da Libras não ser a única responsável pela acessibilidade ou construção da identidade dos surdos no Brasil, ela possibilita a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes sinalizantes que valoriza a comunidade surda enquanto seres dotados de direitos e capazes de realizar qualquer atividade como qualquer outra pessoa tida como “normal”. Com a língua de sinais, as pessoas surdas assumiram sua identidade, fortalecendo o grupo as quais são pertencentes. Ressaltamos que a identidade das comunidades surdas não é homogênea, assim, conseqüentemente, existem diversos tipos de culturas entre os surdos (GESSER, 2009).

A Lei 10.436/02 proporcionou essa valorização linguística da língua de sinais, assim como o empoderamento do povo surdo. Quando o Decreto 5.626/05 regulamenta a lei, foi possível percebermos mais conquistas do Movimento Surdo como o reconhecimento da profissão de Intérprete de Libras e Professores de Libras, que já tinham fluência e certificação dada pelo Ministério da Educação por meio de prova de proficiência em Libras, o Prolibras . Houve também a criação dos cursos de Letras-Libras (licenciatura e bacharelado) responsáveis pela formação de professores de Libras e Tradutores e Intérpretes de Libras para trabalharem no ensino superior, promovidos inicialmente pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sendo depois estendidas para outras universidades como, por exemplo, a UFMA, inicialmente sendo polo da UFCS e hoje com o seu curso próprio, entre outras conquistas relevantes para comunidade surda nacional.

2.2 Movimento Surdo no Maranhão e Dispositivos legais

O Movimento Social da pessoa com deficiência surgiu na década de 70 para lutar em prol de direitos à inclusão em diversas áreas de forma unificada. Porém, devido às especificidades de cada deficiência foram surgindo as associações de surdos e, em 1977, foi criada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA), composta apenas por pessoas ouvintes envolvidas com a problemática da surdez. Em 1983, a FENEIDA mudou de nome para FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, e passou a ser dirigida por pessoas surdas. Sendo uma entidade de representação nacional da Comunidade Surda em defesa de seus direitos. Na década de 1990, o movimento surdo promoveu uma campanha para a oficialização da comunicação sinalizada, com o intuito fortalecer o reconhecimento social da comunidade surda.

Assim, como no contexto nacional, o movimento surdo no Maranhão estava e está atrelado ao caráter educacional inclusivo. A história da educação dos surdos inicia-se em 1966, com a Escola Modelo Benedito Leite, regulamentada pela Portaria nº 432/69, que estava voltada inicialmente para as pessoas com deficiência mental, visual e auditiva. Com o passar dos anos, as classes especiais para os alunos surdos foram realocadas por diversas escolas, com uma filosofia oralista. Na escola Governador Edison Lobão, o modelo de educação inclusiva virou referência no estado para o movimento surdo, sendo um lugar de promoção para intercâmbio linguístico e valorização da identidade e cultura (QUIXABA, 2011, p.56).

A partir desse momento até os dias atuais, é notório o crescimento da atuação do poder público na educação especial, como se destaca o Projeto Plêiade de Educação de Excepcionais, também criado pela Portaria nº 432/69 e tinha como objetivo “promover a educação de crianças, adolescentes e adultos excepcionais, assim como aperfeiçoamento e treinamento de pessoal para o campo de ensino especial” (QUIXABA, 2011, p. 56 apud CARVALHO, 2004, p.97).

Seguindo a luta de toda comunidade surda, perpassando ao longo dos anos por enormes conquistas por meio de Decretos que asseguraram o atendimento educativo às pessoas com deficiência, que com o passar do tempo foram constituindo-se secretarias com maior autonomia de gerenciamento para a Educação Especial. Um momento relevante para as pessoas com deficiência, e entre elas, os surdos, foi a Constituição Estadual do Maranhão de 1989, que em seu artigo 223 versa: “O Estado e os Municípios garantirão o ensino obrigatório em

condições apropriadas para os portadores de deficiência física, mental e sensorial, com estimulação precoce e ensino profissionalizante”.

Observamos, na década de 1950, a criação das associações de surdos, que assim como qualquer outra associação, tinham a pretensão jurídica de legalizar a reunião de pessoas para se alcançar finalidades comuns ao grupo. No caso dos surdos, era um ato de resistência contra a relação de poder que a língua oral exercia sobre a de sinais, lutando ainda por condições mais adequadas para plena acessibilidade em todas as esferas da sociedade. A Associação dos Surdos do Maranhão (ASMA), antes Associação de Surdo do Estado do Maranhão (ASEM), foi criada no ano de 1979, como forma de luta e resistência do povo surdo maranhense. A ASMA luta contra o pensamento de política integradora e homogeneizadora, com preponderância do saber pela língua oral dos ouvintes, e sim de inclusão e acessibilidade comunicacional pela língua de sinais, eliminando também as barreiras atitudinais de aceitação da identidade e cultura surda. (SANTOS, 2020).

Vale enfatizar a representatividade da ASMA para as conquistas das pessoas surdas no Maranhão, como a Central do Intérprete de Libras (CIL) para atender os surdos nos ambientes públicos. Agindo como canais que possibilitam pessoas surdas ou com deficiência auditiva, conseguirem auxílio de intérpretes para acessar serviços públicos da região metropolitana de São Luís.

Merece destacar o projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal de São Luís em 2019, que cria a Central de Intérpretes de Libras - CIL e também de Guias Intérpretes na capital do estado, que juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMCAS), que presta serviço de atendimento diferenciado às pessoas surdas, oferecendo meios para mantê-los bem-informados nos órgãos públicos municipais. Por ser uma cidade turística, com um dos maiores patrimônios históricos do nosso país, a ideia é utilizar ferramentas aliadas aos intérpretes e guias-intérpretes, para possibilitar a interação dos surdos com a beleza e história da cidade, contemplando sempre o princípio da acessibilidade e o exercício dos seus direitos. Assim, o intérprete será um mediador entre os órgãos públicos da cidade e as pessoas surdas, destaca-se a relevância de quem trabalha nesses locais terem conhecimento em Libras (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, 2019).

Santos (2020) destaca a mudança no olhar surdo sobre si próprio na perspectiva das alterações no Estatuto da ASMA em que traz uma ressignificação dos saberes e do conceito sobre deficiência auditiva e as pessoas surdas. A

deficiência passa a ser compreendida como uma diferença e não uma limitação, ganhando ênfase na defesa dos interesses dos surdos. A associação busca amparar e prestar toda assistência social aos surdos para promover sua inclusão social e seu bem-estar, combatendo veementemente o preconceito linguístico.

Algumas legislações no âmbito estadual foram importantes para comunidade surda. Além das normas já explanadas nesse estudo, a Lei maranhense nº 8.564/2007, regulamentou a difusão da Libras objetivando a acessibilidade à educação no sistema de ensino do Maranhão dos cidadãos com qualquer tipo de deficiência auditiva.

Art. 1º As escolas públicas e privadas que atendam à educação infantil e ao ensino fundamental e médio, localizadas no Estado do Maranhão, devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues. (MARANHÃO, 2007).

Essa lei traz muitas providências, facilitando a inserção das pessoas surdas nas salas de aula maranhenses, garantindo intérprete de Língua Brasileira de Sinais em eventos educacionais em qualquer ambiente. Essa norma visa garantir acesso à comunicação e informação em todas as esferas da sociedade. A partir dessa Lei estadual, surgiu o convênio com a ASMA que possibilitou a capacitação de profissionais da área da educação em Libras (MARANHÃO, 2007). Ainda fortalece a luta e a valorização da Libras como língua de instrução do surdo e no processo educacional, buscando o “reconhecimento das capacidades linguística, laborais e identidade cultural.” (SANTOS, 2020).

Em 2019, tornou-se obrigatória a presença de intérprete de Libras nas apresentações de acontecimentos públicos sociais e culturais em todas as cidades do Maranhão, mediante a Lei nº 11.097/2019. A lei em questão deu maior visibilidade à figura do intérprete em nosso estado, até porque logo depois da promulgação da lei, veio um dos momentos mais tristes da história da humanidade, a pandemia do COVID-19. Com a proibição de aglomeração das pessoas, um dos primeiros segmentos que paralisou foi o artístico, passando a serem transmitidos os grandes shows musicais através de *lives*, a maioria pela plataforma online Youtube. A figura do intérprete presente nas *lives* representou de forma relevante a luta da comunidade surda.

Na cidade de São Luís – MA, foi sancionada no ano de 2005 a Lei nº 4.511 que trouxe a determinação da inserção de profissionais de comunicação e expressão da Libras nas recepções nas recepções dos órgãos públicos do município. Seu artigo primeiro especifica “que nas recepções de órgãos públicos Municipais, o atendimento aos portadores de deficiência auditiva, será realizado por profissionais conhecedores da comunicação e expressão na Língua Brasileira de Sinais – Libras”. Essa fase apresenta uma nova perspectiva e novas conquistas em relação aos direitos que a comunidade surda almeja.

Os direitos dos surdos que foram sendo conquistados de maneira gradativa em todo Maranhão, conseqüentemente, teve reflexo nos órgãos de Segurança Pública, com a inclusão da disciplina de Libras no curso de formação de Soldado e em outras formações propostas pela instituição. Essa ação foi pensada com a finalidade de capacitar os policiais militares, mas também de demonstrar um lado mais humanizado da instituição Polícia Militar, numa proposta de polícia comunitária, que estreita os laços com a sociedade.

3 COMUNICAÇÃO E LÍNGUA DAS PESSOAS SURDAS

O estudo mostra a significância da língua de sinais para o processo comunicativo e para a construção da identidade do sujeito e da comunidade surda, como também para o prestígio e valorização linguística e da sua cultura. Grande parte da comunidade surda comunica-se por meio da língua de sinais, principalmente, nos centros urbanos. No entanto, é necessário destacar que existem surdos que ainda não usam a língua de sinais por vários motivos: vivem em localidades em zonas rurais isoladas ou urbanas e não têm contato com outros surdos e nem com a língua de sinais na escola e muito menos na sua família.

Língua, cultura e identidade surda estão relacionadas com o modo como o olhar do e sobre sujeito surdo e comunidade surda pela sociedade. No final do século XX, nota-se os surdos como sendo sujeitos extremamente ativos com o intuito de provocar a transformação desse meio e conseguir fazê-lo um lugar melhor para todos. A língua de sinais e a cultura foram e continuam instituindo um jeito particular de viver, firmando ainda mais as bases para as conquistas pretendidas, e assim, conseguir a ascensão da comunidade. (PERLIN, 1998; GESSER, 2009;)

Na atualidade, a Libras é reconhecida como um instrumento primordial e essencial para a comunicação e educação dos surdos, libertando-os da exclusão e do analfabetismo, permitindo sua inserção, autonomia e liberdade perante a sociedade. Após o reconhecimento da língua de sinais como língua natural de comunicação e expressão do surdo, a educação dos surdos mostrou-se ampla, investigativa e regulamentada, auxiliando assim, na construção da identidade dos mesmos e rompendo com paradigmas que os surdos não dispõem de uma competência intelectual. Para a autora Gesser (2009), o vínculo que une as pessoas surdas e as ouvintes, é justamente a língua de sinais. Entretanto, a língua de sinais quase sempre foi menosprezada e excluída.

É através da língua que nos constituímos plenamente como seres humanos, comunicamo-nos com nossos semelhantes, construímos nossas identidades e subjetividades, adquirimos e partilhamos informações que nos possibilitam compreender o mundo que nos cerca e é nesse sentido que a linguagem ocupa um papel essencial na organização das funções psicológicas superiores (GESSER, 2009, p.77).

Faz-se necessário a compreensão de que é por meio da língua de sinais que o surdo alcança o conhecimento de forma geral e específica, são reconhecidos como pessoas e construtores da sua própria história. Quadros e Campello (2010), declaram que o reconhecimento da Libras na educação, viabilizou sua utilização e evolução no Brasil, em educação se encarregou de ser responsável pelo ensino bilíngue para os surdos, ao mesmo tempo tendo o português como uma segunda língua. De modo positivo, as autoras entendem que os princípios linguísticos constroem uma pluralidade fazendo com que os surdos sejam os personagens centrais na construção da própria identidade, cultura, sendo ainda sujeito atuante no contexto sociopolítico.

A persistência observada nas lutas da comunidade surda permitiu que a Libras fosse reconhecida pela Lei nº 10.436/2002 e tivesse a acessibilidade garantida pelos Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 13.146/2015, por meio da mediação do intérprete de Libras. A Libras, possibilita o desenvolvimento intelectual das pessoas surdas, assim como linguístico e também em todo caráter social que envolve. Ressalta a admissão de uma comunicação mais adequada e em aperfeiçoamento constante, na qual há maior acessibilidade aos conhecimentos

científicos, culturais e direitos básicos, como saúde, segurança e educação. (GABRIELA, 2021).

3.1 Língua Brasileira de Sinais na Educação de Surdos

No Brasil, a Libras é considerada a língua natural do surdo brasileiro, deste modo ela é capaz de transmitir ao surdo o que a língua oralizada nos fala, porém, acontece por meio de sinais. Ela é completa e possui uma gramática própria e única, não é derivada do português. Vale destacar que a Língua Brasileira de Sinais (Libras), possibilita a interação entre as pessoas ouvintes e surdas, fazendo com que o sujeito surdo tenha informações do mundo no qual ele está inserido, tornando-o um sujeito com deveres, responsabilidades e direitos. É por meio da língua de sinais que as pessoas surdas expressam suas ideias, seus pensamentos e compreensão.

A Libras é definida como uma língua gestual (visual-espacial), por estar ligada aos sinais que representa, sendo considerada a primeira língua que o surdo deve ter contato. Segundo Quadros e Karnoopp (2004, p.28), “a língua é um sistema padronizado de sinais/sons arbitrários, caracterizados pela estrutura independente, criatividade, deslocamento, dualidade e transmissão cultural. Isto é verdade para todas as línguas no mundo.”

De acordo com Gesser (2009), a Língua Francesa de Sinais influenciou a criação da Libras. Vale salientar que, as línguas de sinais não são universais, pois cada país dispõe da sua própria língua. Os surdos podem desenvolver habilidades linguísticas e intelectuais, desde que tenham contato e acesso a língua de sinais ainda na fase pré-linguística (um momento inicial de organização básica, onde a criança usa predominantemente a apontação para indicar objetos e pessoas), pois na fase linguística, a partir dos 12 meses, aumentam as dificuldades da construção dos seus próprios conhecimentos.

A língua de sinais tem um vocabulário que pode variar de acordo com a região ou comunidade surda. Existem várias diferenças da língua portuguesa: é uma língua de modalidade visual-espacial ou gestual-espacial, os verbos na libras são no infinitivo e não possuem conjugação, passado e futuro, para flexão de gênero (feminino e masculino), são usados os sinais de HOMEM e MULHER; ausência de alguns conectivos, entre outras diferenças. O alfabeto manual é um empréstimo

linguístico da língua oral e serve para especificar nome de pessoas ou palavras que não têm sinal, por meio da datilologia ou soletração. (QUADROS;KARNOPP, 2004).

Figura 1: Alfabeto de Libras



Fonte: Passei Direto

A Libras é uma língua que possui uma estrutura gramatical diferente da língua portuguesa, mas que possui elementos gramaticais semelhantes como fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Os sinais são organizados fonologicamente em cinco (5) parâmetros linguísticos: configuração de mão; ponto de articulação ou locação; movimento; orientação ou direcionalidade; e expressão facial e corporal ou expressões não-manuais. As configurações de mão adquirem diferentes formas; ponto de articulação, como sendo a região onde serão realizados os sinais; o movimento, que diz respeito à direção de todos os movimentos; além da disposição das mãos; orientação da palma, como sendo a direção para onde ela está voltada; região de contato e; expressões faciais (GAUTO et al., 2007, p 11).

Como língua, está composta de todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerado instrumento linguístico de poder e força. Possui todos os elementos classificatórios identificáveis numa língua e demanda prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua. (...) É uma língua viva e autônoma, reconhecida pela linguística. (GAUTO et al., 2007, p. 9)

A língua exerce um contexto de constituição cultural e de identidade. Os autores Perlin (1998) e Moura (2000) destacam, que somente com o aprendizado e o domínio da Libras que as pessoas surdas conquistaram seu lugar dentro da

sociedade, impondo sua personalidade como não ouvinte. Com isso, a efetivação da identidade está atrelada tanto ao conhecimento sobre a sua língua materna ou primeira língua (L1), como ao ato de repassar novas percepções do meio em que vive para outras pessoas surdas, gerando novas perspectivas e maior interatividade por meio da língua de sinais.

No âmbito educacional, a escola é uma instituição onde todos têm o direito de participarem, sem exceção ou diferença, respeitando a diversidade e as suas características. A Constituição Federal de 1988 (CF88) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei de nº 9.394/96), dizem que ao se tratar da educação básica, o Estado deve assegurar a todos o acesso a uma educação de qualidade, tornando-se possível o desenvolvimento do homem sob vários aspectos e possibilitando ao indivíduo a ampliação das suas perspectivas, previsto, em seu capítulo III. Art.205.

A educação, direito de todos, é dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação profissional para o trabalho (BRASIL, 1988).

A respeito da educação especial e inclusiva, a CF88, versa que deve garantir o atendimento especializado às pessoas com deficiência, oferecendo aparatos para promover o acesso à educação, de maneira que sejam capazes de desfrutar dos direitos publicados na Lei, presentes no inciso III, do Art. 208: “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O debate sobre a Inclusão e Educação Especial no Brasil, especialmente sobre questão de incluir todos nas instituições de ensino regular, tem se intensificado durante o passar dos anos. Os alunos com deficiência auditiva e surdos têm os seus direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015. A educação é um direito primordial a todas as pessoas, inclusive às pessoas com deficiência. É importante ressaltar que existem barreiras comunicacionais e atitudinais que atrapalham a inclusão das pessoas surdas. A Lei de nº13.146/2015 vem nos esclarecendo vários conceitos

importantes para compreender o processo de inclusão, um deles é definir quem é a pessoa com deficiência em seu Art. 2:

No Art. 2 considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Todas as pessoas com deficiência têm o direito e devem ser tratados com igualdade de oportunidades em relação aos demais. Diante da lei, qualquer tipo de discriminação é inadmissível. Na educação, o ensino do aluno com deficiência deve ser feito de forma ampla, investigando e preenchendo as suas limitações, para garantir um efetivo processo de ensino e aprendizagem. Essa condição não envolve somente o professor, mas toda a escola de forma geral. No ensino, o aluno com deficiência não pode ser somente colocado na escola regular sem adaptações ou acessibilidade ao ensino, pois não basta unicamente inserir o aluno nas instituições regulares, é necessário que haja condições de ingresso, permanência, conhecimento e de socialização.

O Art. 28, no item III, da Lei Brasileira de Inclusão, determina também que a instituição regular deve se adaptar ao estudante com limitações, os alunos com deficiência não devem ser colocados na escola sem que haja uma preparação para recebê-los, dado que, a inclusão não se limitar exclusivamente incluir o estudante na instituição, é necessário oferecer oportunidades de ensino e aprendizagem. O planejamento pedagógico é importante para acolher esse aluno nas escolas, uma vez que, é através de um atendimento educacional especializado, que as instituições são capazes de atender as deficiências e particularidades individuais de cada aluno, e assim, disponibilizar um currículo escolar com mais condições de igualdade.

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino; [...] IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência; X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento

educacional especializado; XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação; XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas; XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento; XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar; XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino. (BRASIL, 2015)

Tradicionalmente a história da Educação Especial no Brasil, é marcada pela discriminação, descaso e abandono, e conseqüentemente levando à exclusão das pessoas com deficiência. Quando se fala em inclusão de pessoas com deficiência, não podemos deixar de mencionar a importância da declaração de Salamanca, elaborada na Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, no ano de 1994 e Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ano de 2007, cujas finalidades são proporcionar diretrizes básicas para a elaboração e mudanças de políticas públicas de inclusão social em concordância com o movimento social das pessoas com deficiência.

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Pensando desta maneira é que este documento começa a nortear que todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à educação (SALAMANCA, 1994).

Art. 1º O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e eqüitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (ONU, 2008).

Com base nestes documentos o processo de inclusão social deve ser igualitária e respeitada para todos os indivíduos da sociedade, independentes daqueles que se encontram banidos, seja por sua situação social, financeira ou limitação. O cenário da acessibilidade passou a ser retratado para que houvesse

melhorias e um maior desenvolvimento educacional e social para as minorias. Segundo o documento (1994, p. 61) “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter”. As escolas inclusivas carecem identificar e responsabilizar-se sobre as dificuldades dos seus educandos, acolhendo os tipos, os ritmos de aprendizagem e possibilitando uma educação de excelência para todos por meio de um currículo adequado, adaptando as organizações, as estratégias de educação e oferecendo apoio sempre que precisarem. No caso do surdo, ele precisa ter acesso a língua de sinais pelo professor ou intérprete de Libras, além de elementos visuais para facilitar sua compreensão.

Com base nisso, no que diz respeito a uma educação inclusiva, é interessante saber que essa modalidade de ensino não se limita somente ao conceito de incluir os estudantes que possuem necessidades especiais nas escolas, mas visa assisti-los para possibilitar resultados positivos perante as dificuldades individuais que cada aluno possui, com o máximo de atenção, respeito e responsabilidade, levando seus conhecimentos e habilidades para a vida. Segundo Mantoan (2003) a educação inclusiva é uma experiência a mais para identificar os problemas de aprendizagem de todos os estudantes nos sistemas educacionais, do mesmo modo, que é vista como um meio de garantir que os alunos com deficiência tenham os mesmos direitos que os demais nas escolas regulares. Mantoan (2003) diz:

Por tudo isso a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldade de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (MANTOAN, 2003, p.24).

A escola inclusiva tem como dever, preparar os estudantes a dividir as suas sensações, emoções, conhecimento, conflitos e espírito crítico dentro de um ambiente escolar regular. É um contato de modo integral, sendo possível a interação entre todos os educandos, com uma ideia de compreender um ao outro e se reconhecer como pessoa. Enquanto aos desafios trilhados ao longo do caminho e que precisam ser vencidos, Beyer (2006) diz:

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum e válida a todos os alunos da classe escolar, porém capaz de entender os alunos, cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada (BEYER, 2006, p.76).

As dificuldades presentes na educação inclusiva são numerosas, é possível dizer que, um dos maiores desafios na inclusão é justamente a barreira atitudinal, que envolve o preconceito linguístico, a tentativa de normalizar o surdo e o pensamento de incapacidade enraizados. Neste ponto de vista, a função da legislação é promover a inclusão das pessoas com deficiência, reconhecendo e valorizando suas capacidades e competências, diante de suas limitações.

É diante dessa consciência da necessidade de eliminar as barreiras de comunicação e atitudinal com a acessibilidade do conhecimento de Libras que a comunicação dos surdos torna-se essencial para os atendimentos ofertados pelas forças de segurança pública. A Polícia Militar dispõe do contato mais direto com a população e o conhecimento linguístico da língua de sinais é uma proposta que favorece a acessibilidade como meio de inclusão das pessoas surdas.

A temática do ensino de Libras é essencial no contexto da segurança pública, pois como nos remete o artigo 79, do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15), “§ 1º [...] o poder público deve capacitar os membros e os servidores que atuam no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, nos órgãos de segurança pública e no sistema penitenciário quanto aos direitos da pessoa com deficiência.” Desse modo, a Polícia Militar do Maranhão, como a representação de força do Estado e instituição promotora da segurança encarregada de proteger a sociedade, deve ter a capacidade de constituir uma relação com aqueles que poderão vir a necessitar de sua atuação.

Sendo assim, há a necessidade do conhecimento linguístico da língua de sinais por parte do policial militar para promover um diálogo com a pessoa surda nas ocorrências, pois sem esse conhecimento enfrenta-se enorme dificuldade para a efetivação da ação, tornando praticamente impossível a tomada de medidas cabíveis para a garantia dos direitos e deveres desse cidadão (AZEVEDO et al, 2018). Compreendendo a significância de se conhecer Libras para desempenhar o trabalho policial, especialmente relacionado aos que estão realizando patrulhamento nas ruas, percebe-se a essencialidade de apropriar-se desta língua no atendimento realizado pelos policiais para com os cidadãos surdos.

4 FORMAÇÃO POLICIAL PARA ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS SURDAS

Adentrando na esfera da Segurança Pública, temos as Polícias Militares estaduais como as forças mais ostensivas dentre os órgãos de segurança brasileira, e como responsável por tal missão, é a que mais vezes são acionadas para a resolução de casos que atentem contra a ordem pública. O artigo 144 da CF88, especifica a garantia da Segurança Pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, além das Polícias Militares, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis e ainda os Corpos de Bombeiros Militares, todos com a finalidade e preservação da ordem pública (BRASIL, 1988). A lei salienta o direito à segurança para todos, sem discriminação de nenhum grupo, ou seja, garante a acessibilidade das pessoas surdas aos serviços públicos e privados, por meio de políticas capazes de aperfeiçoar o atendimento aos surdos. Silva (2010), atenta para a qualificação do serviço, onde em um mundo globalizado a sociedade é mais exigente em relação ao serviço ou produto oferecido.

Por isso, a disciplina de Libras foi inserida nos cursos de formação da PMMA formalmente no Curso de Formação de Soldados – CFSD e no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP, realizado entre setembro de 2015 e janeiro de 2016. Além das disciplinas técnicas policiais previstas, foram incluídos na grade curricular as disciplinas de resgate, pronto-socorrismo e Libras. No Curso de Formação de Oficiais – CFO da PMMA, a Disciplina de Libras foi inserida pelo seu Projeto Político Pedagógico do ano de 2017, no 4º Período e com uma carga horária de 60 horas.

O conhecimento da Libras, se faz necessário para os policiais que atuam diretamente nas guarnições patrulhando a rua de maneira ostensiva. Eles precisam estabelecer comunicação com todos os cidadãos, inclusive os surdos. Então, para ter clareza na comunicação e evitar falhas de compreensão por ambas as partes é fundamental que haja uso da Libras para aplicar as técnicas de abordagem policial.

4.1 Experiências de Abordagens com Acessibilidade para Surdos, realizadas pelas Polícias Militares

As Polícias Militares desenvolvem muitos cursos para aperfeiçoamento e capacitação para sua tropa. Com o avanço tecnológico, podemos citar os cursos disponibilizados na plataforma da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, aos agentes de segurança pública, entendendo que estes estão sujeitos às ocorrências difíceis, assim, justifica-se a necessidade de um aperfeiçoamento. No caso da abordagem às pessoas surdas é evidente a peculiaridade linguística.

Analisando as experiências de abordagens aos surdos, em muitos casos percebe-se que a falta de acessibilidade para esses cidadãos, podem causar trauma e consequência devido ao despreparo da tropa em atender pessoas surdas. Importante dizer que existem surdos oralizados, que podem usar aparelhos auditivos, ter implante coclear ou fazer leitura labial ou apenas sinalizar. Nesse contexto, é fundamental que verbalize por meio da língua de sinais para realizar busca pessoal em diversas situações em que os sujeitos surdos estejam envolvidos e assim possam exercer seu papel de inibir e reprimir os crimes (NUNES, 2011).

Alguns casos mal-sucedidos de abordagens às pessoas surdas tiveram grande repercussão nos veículos de imprensa, sendo observado até em polícias de países mais desenvolvidos. Um caso bastante divulgado mundialmente, foi o de Daniel Kevin Harris, um jovem surdo de 29 anos, que no ano de 2016 acabou sendo morto em Charlotte – Carolina do Norte, por estar dirigindo com excesso de velocidade. No momento da abordagem, o policial Jermaine Saunders, além de não ter a informação que o suspeito era uma pessoa surda, não tinha sequer o conhecimento básico da língua de sinais americana. Segundo artigo publicado no G1, testemunhas informaram que ele começou a gesticular para o policial no momento da abordagem, porém o resultado foi lamentável, exatamente por consequência de faltar a capacitação linguística para comunicação adequada (G1, 2016).

No Brasil, temos um caso de atendimento acessível realizado por um bombeiro militar, de acordo com a reportagem publicada na página do G1 (2020),¹ vemos o quão relevante é a Libras nas ocorrências envolvendo cidadão surdo. Durante um resgate de um deficiente auditivo, vítima de acidente na Rodovia Anhanguera (SP – 330), na cidade de Leme – SP, o soldado do Corpo de Bombeiros

¹ Link: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2020/03/14/bombeiro-que-conversou-em-libras-com-vitima-de-acidente-pinta-casa-com-alfabeto-de-sinais-para-estimular-aprendizado.ghtml>.

Walker Sousa, através da Libras, conseguiu acalmar o acidentado e ainda evitou que tomasse um medicamento do qual ele tinha alergia.

Existem diversos casos nas polícias estaduais brasileiras que provocam nossa reflexão sobre importância da Libras na formação de quem atua na Segurança Pública. Apesar de acontecerem casos mal-sucedidos, é notória a evolução na busca de proporcionar a acessibilidade das pessoas surdas nessa conjuntura. As polícias militares estão tentando adequar-se para abranger a todos, no entanto, é um longo caminho de erros e acertos, como por exemplo, a tecnologia de Telefone TDD. Essa tecnologia consistia em teletextos usando a linha telefônica adotada por algumas empresas, e o SMS – (*Short Message Service*), sistema digital utilizado principalmente em dispositivos celulares, para o envio de textos curtos, empregado de forma pioneira pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, que apesar de terem melhorado o atendimento, não atendiam de forma eficiente todas as exigências dos surdos (BARTOLOMEU, 2021, p. 21).

A constante evolução tecnológica, traz ferramentas essenciais para a otimização dos serviços das polícias. Apesar de o foco da pesquisa ser a abordagem policial realizada na rua às pessoas surdas, algumas iniciativas demonstram a preocupação dos órgãos de segurança com a problemática. Na PMMA, a Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias – APMGD, no ano de 2020, passou a utilizar em sua plataforma tradutor de Libras, pela ferramenta digital de códigos abertos VLibras, que tem a capacidade de traduzir vários conteúdos digitais, como textos, áudios e vídeos (PORTAL DA APMGD, 2020).

O policiamento ostensivo, é a atividade fim das Polícias Militares, por isso, torna-se relevante investir na capacitação dos policiais que estão na linha de frente, ou seja, em contato direto com a sociedade. Existem alguns estudos sobre a contribuição da Libras na formação dos policiais militares ainda de forma discreta. Poucas polícias estaduais possuem um Procedimento Operacional Padrão (POP) adaptado para abordagem às pessoas surdas. Destacamos as Polícias Militares dos estados de Goiás e do Amapá, que já colocaram em prática as propostas de acessibilidade e elaboraram procedimentos abarcando as necessidades dessa comunidade.

Na sociedade de hoje, é cada vez mais perceptível a independência e autonomia das pessoas surdas, desempenhando suas atividades diárias sem a necessidade de ter alguém intermediando diálogos e em suas relações sociais.

Então, a presença de intérprete de Libras em abordagens policiais nem sempre é possível devido os atendimentos acontecerem nas ruas durante o trabalho ostensivo. Neste caso, a Libras é sem dúvida uma forma de fornecer autonomia e independência para o policial durante a abordagem. É possível o uso de tecnologia assistiva pelo aplicativo *HandTalk* que pode auxiliar na comunicação, mas não garante uma comunicação eficaz, devido a limitação e objetivo do próprio aplicativo, por se tratar de uma ferramenta de consulta de sinais e não para estabelecer uma comunicação em tempo real. Ressaltamos que os avanços tecnológicos como aplicativos e redes sociais possibilitam a interação entre os surdos e as pessoas ouvintes e geram diversas possibilidades para a inclusão. As polícias Militares precisam capacitar seus policiais para tornar o acesso das pessoas surdas à segurança bem mais fácil (FRANÇA, 2021).

4.2 Procedimento Operacional Padrão de Abordagem

A abordagem policial é uma das ferramentas mais antigas utilizadas pelas polícias, bastante eficaz na prevenção das ações delituosas, mostrando a força policial que evidencia seu papel como órgão do Estado que aplica a Lei e faz toda a população cumprir seus deveres. A abordagem policial acontece quando existe fundada suspeita, que segundo o Supremo Tribunal Federal – STF, é o comportamento observado pelo agente de segurança, devendo esta conduta do suspeito ser bem objetiva e clara, possibilitando identificar que ele praticou ou ainda irá praticar um crime (BAHIA, 2021).

Na atualidade, a fundada suspeita é uma temática bastante discutida na sociedade brasileira, refletindo sobre quais atitudes podem se enquadrar nesse contexto. Em contrapartida, o agente tem o Poder de Polícia para respaldá-lo, que “é o dever/faculdade da(o) agente público(a) restringir momentaneamente o direito de liberdade ou propriedade do particular em prol da coletividade.” (BAHIA, 2021). Então, o poder de polícia torna capaz que as forças policiais realizem as abordagens, desde que seja justificada através da fundada suspeita.

Os Procedimentos Operacionais Padrões (POP), foram pensados pela complexidade das situações enfrentadas pelos policiais militares cotidianamente. São carregadas de diversas emoções, exigindo bastante técnica e perícia para solucionar os mais variados distúrbios. Assim, a padronização se faz necessário

para a Polícia Militar, por ser um documento com a finalidade de buscar a excelência dos seus serviços, ele explana diversos procedimentos delineados para serem executados de igual forma por todos os integrantes da corporação, principalmente, ao que diz respeito às atividades de policiamento.

O Manual de Abordagens da PMMA não é diferente das outras polícias, onde o documento tem o intuito de repassar para seus integrantes as técnicas e doutrinas policiais mais atualizadas, para assim possibilitar o constante aprimoramento profissional. Para compreender melhor a abordagem realizada pelas polícias militares, destaca-se o trecho do manual em questão:

Abordagem policial é o ato ou efeito, de o policial militar, observadas as técnicas, aproximar-se de pessoas, veículos ou edificações, para realizar revistas ou buscas, visando apreender objetos, veículos ou armas, ou ainda, efetuar a apreensão ou prisão de pessoas. É o momento em que o policial militar aproxima-se de um indivíduo para prestar-lhe um serviço ou exercer uma obrigação de mantenedor da ordem pública. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2005, p. 08).

A definição acima retrata bem o que é o ato da abordagem, porém devemos destacar que existem outros conceitos básicos que envolvem essas situações, de busca pessoal, como suspeição, poder de polícia, abuso de autoridade, constrangimento ilegal, tortura, dentre outros, trazidos pelo POP da PMMA. Ele ainda versa sobre diversas temáticas em relação a abordagem, enfatizando procedimentos e execução, abordagens às pessoas suspeitas, infratoras da lei e a veículos, no entanto, não lembra de forma alguma as pessoas com deficiência, em especial as com deficiência auditiva.

Todas as situações presentes no Manual, os policiais precisam verbalizar com a pessoa abordada, dizendo alguns comandos a serem seguidos, onde caso sejam descumpridos, podem até se configurar em crime, por isso as abordagens são tão difíceis para ambas as partes quando envolvem pessoas surdas. Após a elaboração do manual, a sociedade sofreu grandes transformações no que diz respeito as políticas públicas, garantindo direitos às minorias. As instituições de Segurança devem acompanhar essa evolução e possibilitar a inclusão das pessoas com diferenças, conseqüentemente gerando dificuldade em acessar alguns serviços.

4.3 Abordagem à Pessoas Surdas - PMMA

A peculiaridade de abordagem à pessoa surda, certamente está ligada ao diálogo sinalizado. Como supracitado, ao realizar uma abordagem policial a verbalização é essencial para que sejam cumpridos os comandos dados pelo agente de segurança. Essa verbalização pode ser oral ou sinalizada. Então, em casos em que a pessoa surda solicita o serviço da polícia militar, o conhecimento da Libras agilizará consideravelmente o atendimento se o policial tiver conhecimento da língua visual-gestual. Algumas polícias militares já possuem um manual de abordagem a cidadãos surdos, ou fizeram atualizações, que estabelece o procedimento para a realização do primeiro contato, trazendo apenas um diálogo mais básico. O POP da Polícia militar de Goiás, é um exemplo disso. O documento explana, na parte de procedimento de abordagens a pessoas suspeitas, métodos para comunicação com a pessoa surda.

Figura 2 – Abordagem a pessoa(s) em atitude(s) suspeita(s)

ESCLARECIMENTO

Item 1 – Métodos para comunicação com a pessoa surda: Nesta comunicação a linguagem visual-gestual, as expressões corporal e facial desempenham um papel fundamental na transmissão da mensagem. Passos a serem seguidos na verbalização utilizando sinais, classificadores e configurações:

Você é surdo? Configuração em "d", apontar do ouvido em direção à boca, sempre com expressão interrogativa.



Polícia! Parado (s)!

Polícia!: Mão simulando uma medalha ao lado esquerdo do peito.



Parado!: Mão aberta à frente com a palma da mão virada para o abordado.

Solicitar que o abordado fique calmo, pois será realizada uma busca pessoal no mesmo:

Mantenha calma: Com as duas mãos abertas, espalmadas para baixo, juntas, fará gestos de abertura de forma bem lenta.



Agora: As duas mãos abertas, espalmadas para cima, fará gestos como se estivesse fechando e abrindo;



Será realizada busca pessoal: Configuração em "v" saindo dos olhos do policial em direção ao abordado, gesticulando de cima para baixo, como se estivesse passado pelo corpo do abordado.



Fonte: Polícia Militar de Goiás (2014)

Considerando os manuais de abordagem às pessoas em atitudes suspeitas que são surdas, percebe-se que existem sinais na Libras indispensáveis no momento da atuação do policial, entretanto o número de pessoas nas instituições policiais militares que conseguem interpretar os sinais é muito baixo. Percebendo o déficit nas polícias e acompanhando as políticas públicas voltadas para os direitos

das pessoas surdas, algumas Polícias Militares estaduais já desenvolveram estudos consideráveis e criaram seus Manuais com procedimentos padronizados de abordagens a pessoas surdas.

Em setembro de 2017, a PM do estado do Amapá criou o POP nº 011, publicado em Boletim Geral (BG nº 136/2018) da corporação, a qual trata da abordagem a pessoa surda com o uso da Libras, com o objetivo claro de constituir uma forma de comunicação que melhor atenda as duas partes. É sempre importante ressaltar que os procedimentos de abordagem a pessoas surdas, seguem o mesmo padrão das realizadas com pessoas ouvintes, só que na modalidade gesto-visual.

No contexto da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias - APMGD, foram desenvolvidos dois estudos valorosos para a PMMA, ressaltando a acessibilidade desses cidadãos aos serviços de segurança. O primeiro a ser citado é Costa (2021), que retrata as contribuições da disciplina de Libras para a formação do cadete da PMMA, onde procurou ver o reflexo no conhecimento da língua de sinais dos alunos da 23ª turma do CFO PM em relação à participação de um curso básico de Libras ofertado pela UEMA. A pesquisa verificou que 85,70% dos sujeitos concluintes, saíram do curso ofertado com conhecimento básico sobre a língua de sinais. Por mais que o aluno não tenha fluência, ele é capaz de manter o primeiro contato com o surdo, saber qual sua solicitação ou realizar os comandos nos casos em que sejam suspeitos.

A pesquisa de Costa (2021), também entrevistou policiais e pessoas surdas que já foram abordadas para analisar suas opiniões em relação a comunicação na abordagem policial. Verificou-se que na realidade maranhense, os policiais acham que a PMMA deve considerar a necessidade de aprender Libras. Apesar de não ser tão comum abordagem às pessoas surdas, consideram importante o agente de segurança saber o mínimo da língua para eliminar não só a barreira comunicacional, mas também a atitudinal. Precisam compreender os surdos para que seja possível interagir na abordagem. Pelas respostas das pessoas surdas, foi observado na pesquisa que a comunidade almeja a compreensão dos policiais em Libras para os surdos entenderem o que está acontecendo no momento da abordagem (COSTA, 2021).

Em seguida, Paula (2022), aportou-se no estudo citado no parágrafo anterior e apresentou contribuições para a atualização do POP da PMMA, para abordagem a pessoas surdas. Diante dessa análise, ambas as pesquisas reforçam bastante o

discurso das contribuições da disciplina de Libras para a promoção da acessibilidade das pessoas surdas. A Libras sozinha não é suficiente para a promoção total da acessibilidade das pessoas surdas, também é necessário a empatia de cada sujeito em querer incluir a pessoa surda mesmo sem saber a Libras. A comunicação sinalizada possibilita acessibilidade nas abordagens, e por esse entendimento, o Procedimento Operacional Padrão (POP) de abordagem a pessoas surdas deve constar um vocabulário em Libras satisfatório.

A Polícia Militar do Maranhão, como uma instituição que preza pelo cumprimento da lei, não pode negligenciar o seu dever constitucional de oferecer segurança a todos, precisa buscar a constante melhoria dos seus serviços oferecidos a todos os cidadãos.

5 METODOLOGIA

Para a elaboração e o encaminhamento da pesquisa, optou-se por uma abordagem qualitativa coexistindo com a quantitativa, denominada quali-quantitativa, pois, por meio desse método de pesquisa que se coletou e analisou os dados mensuráveis, além de interpretar as variações e o comportamento dos indivíduos. O trabalho também utilizou a pesquisa descritiva e explicativa. Segundo Gil (2008), pesquisa descritiva é aquela que tem como intuito principal descrever as características de um determinado grupo ou acontecimento, onde uma de suas características é a técnica padronizada da coleta de dados já ressaltado nesse tópico, com o intuito de levantar diferentes opiniões, coletando as informações. Sobre a pesquisa explicativa Gil (2008), diz que “este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”.

Para se chegar aos objetivos almejados, esta pesquisa tem o seu caráter como indutivo, pretendendo sair da observação das particularidades, relacionando as variáveis, formando assim uma conclusão (GIL, 2008). Com isso, analisamos o conhecimento da Libras que os participantes da pesquisa detinham, formulando a realidade da formação dos policiais e o reflexo nas abordagens às pessoas surdas.

O estudo aconteceu considerando a necessidade de acessibilidade dos cidadãos surdos em atendimentos da Polícia Militar na cidade de São Luís – MA. Escolhemos um batalhão que atende vários pontos turísticos da cidade para analisar

a realidade da comunicação entre policiais praças² e oficiais³ e pessoas surdas através da Libras. Os policiais participaram de cursos de formação nos anos de 2018 a 2021 e atuam no 1º BPTur. Para fundamentar a pesquisa, foram analisadas leis, documentos que abordam a inclusão das pessoas com deficiência, os estudos surdos e a língua de sinais.

Antes da aplicação do questionário, foram realizadas visitas ao BPTur, primeiramente, no dia 15 de setembro de 2022, com a finalidade apresentar a autorização concedida pelo Coronel QOPM Emerson Bezerra da Silva, Comandante Geral da PMMA, ao Coronel Harlan Silva do Nascimento para realização da pesquisa em sua Unidade. Em outra oportunidade na mesma semana, foi explicado de maneira sucinta o estudo, orientando os policiais para que pudessem compreender como responder o questionário. A aplicação do instrumento de coleta teve início no dia 23 de setembro de 2022 e teve sua conclusão no dia 28 seguinte.

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de campo com os policiais que atuam no 1º Batalhão de Polícia Militar de Turismo do Maranhão – BPTur, englobando a região do “REVIVER”, que tem grande representatividade para a comunidade surda na cidade de São Luís – MA. Abrange ainda regiões adjacentes ao centro histórico, a litorânea, entre outras áreas de sua cobertura. Escolhemos esse batalhão devido observar que era frequente a concentração de pessoas surdas em locais de atuação do BPTur, como a praça Nauro Machado.

Como o policiamento ostensivo é a essência da polícia militar, todos os policiais pertencentes à instituição estão sujeitos a atuar nas ruas. Priorizou-se policiais do quadro de praça, que atuam de modo mais operacional, excluindo os oficiais superiores (major, tenente coronel e coronel), que ficam com maior frequência no planejamento administrativo. Assim, os dados obtidos pelo instrumento de coleta abarcaram policiais de várias patentes, para perceber as contribuições da Libras na formação do policial, quais as diferenças entre quem cursou a disciplina e quem não cursou. O batalhão conta com 253 policiais em condições de trabalharem, dos quais 52 responderam o questionário, dentre esses

² As graduações dos militares em posição hierárquica inferior aos oficiais. O termo deriva das praças de guerras, que passou a designar o efetivo permanente do exército. Atualmente na PMMA o quadro de praças é constituído por soldados, cabos, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento, subtenente, cadete e aspirante a oficial.

³ Membros de forças militares que ocupam os postos superiores às praças, são investidos de numa posição de autoridade. Na PMMA os oficiais são 2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente coronel e coronel.

estavam quem cursou a Disciplina de Libras nos Cursos de Formação da PM, como quem cursou em outra instituição ou até mesmo quem não teve a oportunidade de estudar a língua de sinais.

O procedimento utilizado para a coleta de dados foi um questionário aplicado através da plataforma *GoogleForms*, com 12 (doze) questões, sem incluir os dados de identificação, dos quais foram preservados, para não expor a identidade dos sujeitos. Dentre essas questões, oito são fechadas de múltipla escolha, e quatro abertas, para melhor compreender as situações de abordagens às pessoas surdas e as principais dificuldades. Por ser uma plataforma online, foi disponibilizado o *link* de acesso do questionário, sendo respondido através das orientações do pesquisador que estava presente acompanhando para tirar dúvidas.

Na questão 11 (onze) foi anexado um vídeo, que simula uma situação em que o surdo vem solicitar o serviço policial. O vídeo mostra quatro frases, quais os sujeitos pesquisados deveriam identificar. Na questão 12 (doze), foi anexado outro vídeo como simulação do policial abordando uma pessoa surda, em que são apresentadas cinco frases mais comuns de serem utilizadas nessas situações. Os vídeos apresentados no questionário estão disponíveis no YouTube como não listado, ou seja, apenas quem tem o link pode visualizar.

Sobre o questionário, Gil (2008), diz ser uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. Entretanto, analisar essas questões não é um trabalho simples, já que são de características complexas, que envolvem muitas dimensões e concepções.

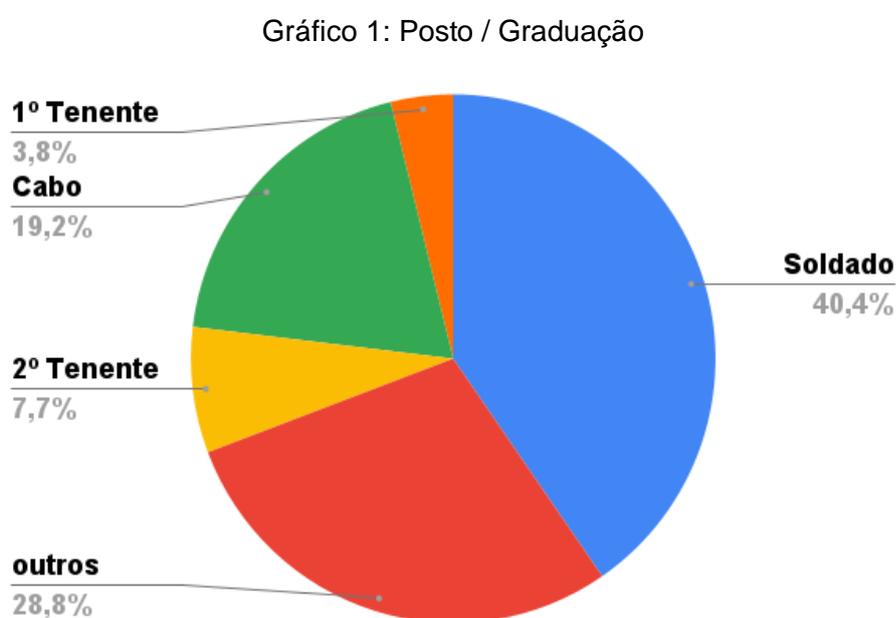
É uma técnica que serviu para coletar as informações da realidade, buscando respostas a diversos aspectos, atingindo um grande número de pessoas na pesquisa e garantindo o anonimato dos participantes. Marconi e Lakatos (2003, p. 201), definem questionário como sendo: “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Para os autores, o questionário economiza tempo e dinheiro, o pesquisador não precisa estar presente na aplicação, garante uma liberdade e segurança nas respostas, obtém respostas precisas.

A análise dos dados foi feita através da interpretação dos elementos coletados no questionário, explorando os pontos no decorrer da pesquisa para a

compreensão das informações durante a investigação, com o intuito de entender como a disciplina de Libras é ofertada na instituição, quais os reflexos observados na prática dos sujeitos da pesquisa e se os policiais conseguiram adquirir conhecimento básico e suficiente para comunicar-se com pessoas surdas por meio da Libras nas ocorrências. (GIL, 2008).

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O questionário aplicado observou as contribuições da disciplina de Libras para formação do policial e para as abordagens com pessoas surdas. No questionário, havia uma opção de aceite em participar da pesquisa em que todos aceitaram. Em seguida, coletamos os dados sobre o posto e graduação dos entrevistados para verificar posteriormente se haviam tido contato com a Libras durante o curso de formação ou em outros espaços. No primeiro gráfico, verificamos que dentre 52 policiais entrevistados, 21 são soldados, alcançando 40,4%.



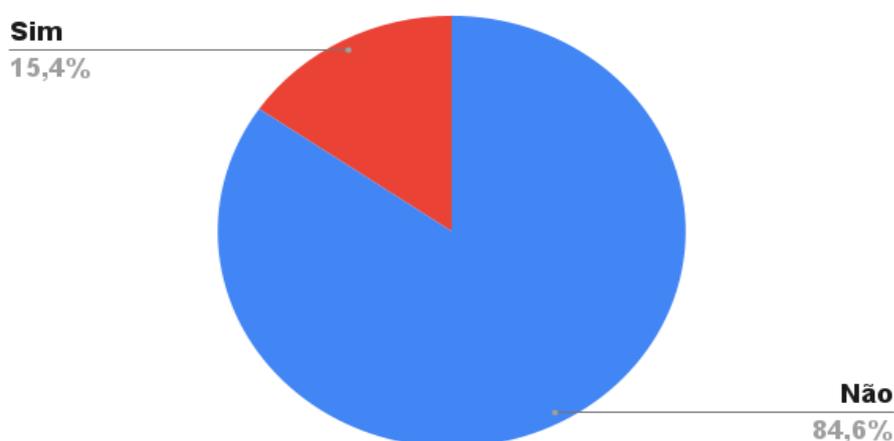
Fonte: Autoria Própria

O gráfico mostra as respostas do posto ou graduação dos sujeitos, que apenas 2 policiais (3,8%), entre os que responderam ao questionário eram 1º Tenente e 4 (7,7%) eram 2º Tenente. Foram 10 (19,2%) cabos que participaram, sendo que a opção “outros” abrangeu 15 (28,8%) pessoas, estando

hierarquicamente distribuídos entre as graduações de sargentos e subtenentes, e o posto de capitão.

Dentre perguntas, havia respostas que poderiam ser sim ou não. As perguntas 1, 2, 4, 6, 7 e 9 eram dessas; outras perguntas (3 e 5), traziam uma quantidade de opções das respostas, podendo variar entre 3 e 5, mas só poderia marcar uma. A pesquisa teve início com a pergunta 1 e o gráfico mostra a porcentagem de cada resposta.

Gráfico 2: Sabe Língua Brasileira de Sinais (Libras)?

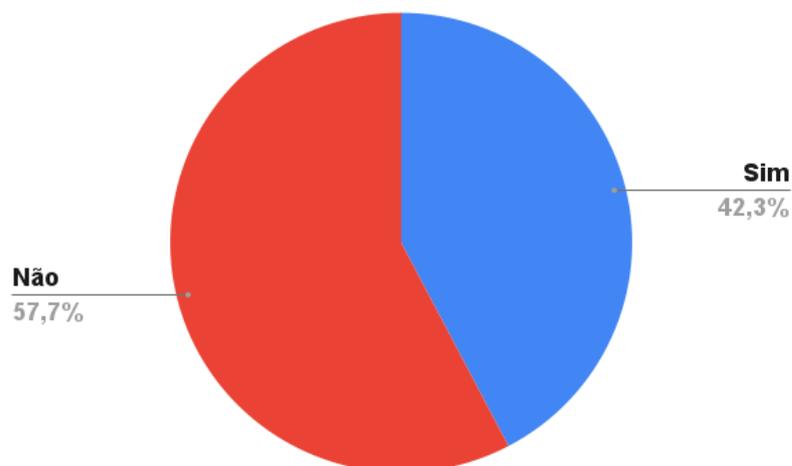


Fonte: Autoria própria

Foi possível perceber que a grande maioria da tropa, 44 (84,6%), não sabem Libras, e somente 8 (15,4%) responderam que sim. É uma realidade que deve ser analisada com atenção, pois a Libras é a língua materna dos surdos, utilizada por uma parcela considerável dessa população. Com essa pergunta, ainda não é possível saber o nível de conhecimento em Libras dessa pessoa.

A segunda pergunta procurou saber se o policial já havia cursado a disciplina de Libras em algum Curso de Formação da PMMA.

Gráfico 3: Coursou a Disciplina de Libras em Curso de Formação na Instituição?

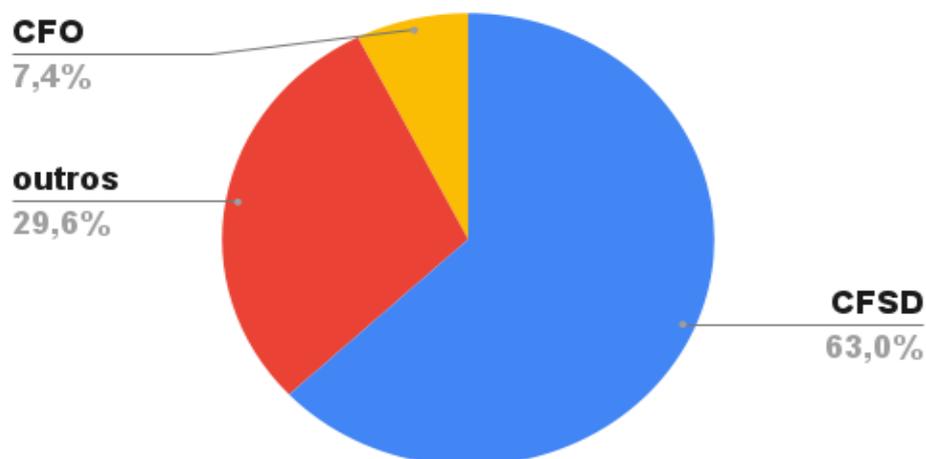


Fonte: Autoria própria

Em contrapartida ao resultado da questão anterior, já se percebe que mesmo a passos lentos, já estão sendo desenvolvidas estratégias para oferecer acessibilidade às pessoas surdas. Observa-se no gráfico que 22 sujeitos (42,3%) já tiveram contato com a disciplina em Curso de Formação na corporação, salientando que a maioria dentre esses são soldados do quadro de combatentes a partir do ano de 2018. As 30 pessoas (57,7%) não tiveram contato com Libras em ambiente institucional.

A questão 3 tem o objetivo de identificar onde esses policiais aprenderam a Libras, a partir do que responderam na questão anterior.

Gráfico 4: Se sim, foi em qual curso?

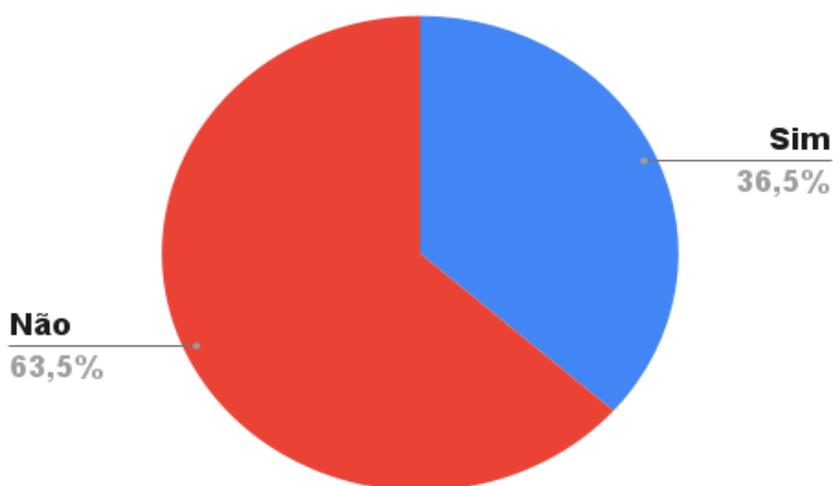


Fonte: Autoria própria

A amostragem (27 policiais) explanaram que grande maioria tem conhecimento de Libras a partir de Curso de Formação de Soldado (CFSD), 17 pessoas (63%). Destacamos neste estudo que, apenas no CFSD, que aconteceu entre os meses de setembro de 2015 a janeiro de 2016, a disciplina de Libras foi inserida. O baixo percentual de pessoas, apenas duas, que tiveram conhecimento de Libras no Curso de Formação de Oficial (CFO), justifica-se a disciplina ser ofertada somente de maneira extracurricular para as turmas de oficiais formados até então. Com o Curso básico de Libras oferecido pela UEMA em parceria com a APMGD, aos cadetes da 23ª turma do CFO, declarados Aspirantes a Oficial em 2021, e aos cadetes da 24ª turma, Aspirantes a Oficial em fevereiro de 2022. A Disciplina tornou-se obrigatória para a 25ª turma, que ainda se encontra na Academia de Polícia.

A questão 4 procurou saber se o primeiro contato com a Libras que os policiais tiveram, foi dentro de algum curso de formação da instituição. Essa questão tem como objetivo verificar se os policiais tiveram essa formação institucionalmente ou por iniciativa própria. Pois essa resposta fará diferença no resultado na resposta de outra pergunta.

Gráfico 5: Seu primeiro contato com a Libras foi na disciplina ofertada nos Cursos de Formação da PMMA?



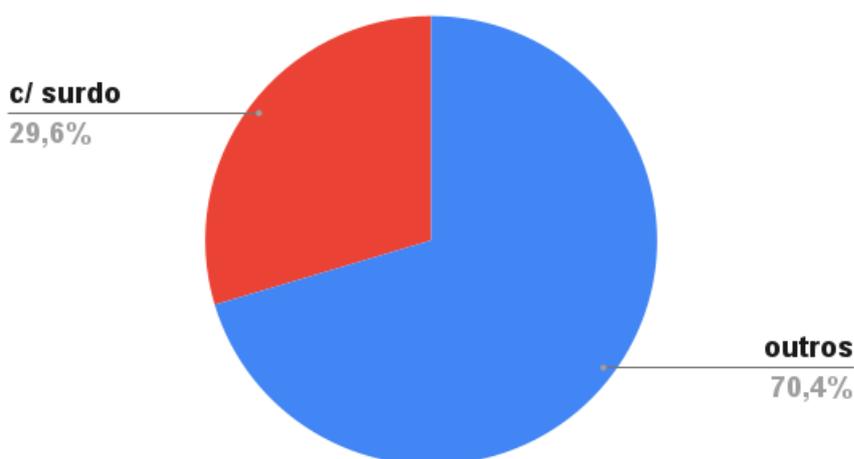
Fonte: Autoria própria

O questionamento foi relevante para compreender as relações sociais dos policiais. Alguns que se enquadram entre os 33 policiais (63,5%), estão na PMMA há

mais dez anos e contato com Libras somente aconteceu, em ambiente fora da corporação.

Complementando a questão 4, a pergunta 5 procura saber dos 33 policiais que responderam “não”, onde foi o primeiro contato com Libras. Essa pergunta continha cinco opções de múltipla escolha: “Centro de Ensino de Apoio à Pessoa com Surdez - CAS”, “SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial”, “Associação de Surdos do Maranhão - ASMA”, “pessoa surda” e “outros”.

Gráfico 6: Se não, onde foi?



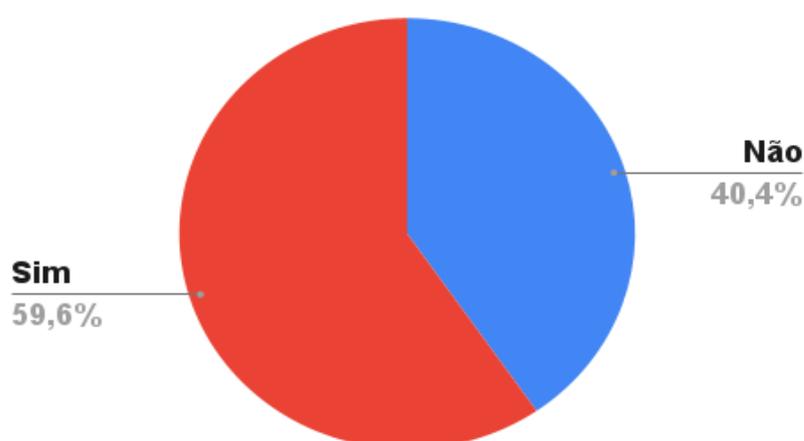
Fonte: Autoria própria

Das 5 opções, só foram marcadas duas: pessoa surda e outros. Dos 33 que responderam à questão anterior, apenas 27 policiais responderam essa questão. Do total de respostas 19, o que dá aproximadamente 70,4%, responderam que tiveram o primeiro contato marcando outros. Apesar da pesquisa ter sido aplicada por uma plataforma *online*, o questionário foi aplicado presencialmente pelo pesquisador que pode orientar as perguntas e observar a participação dos entrevistados e tirar as possíveis dúvidas surgidas durante a aplicação. Durante a aplicação houve interação entre o pesquisador e os pesquisados que constatou que muitos deles iniciaram o contato com a Libras no meio religioso, nos espaços das igrejas, onde tem acessibilidade aos surdos com a mediação voluntária do intérprete de Libras nos cultos e missas. Muitos policiais frequentam esses espaços que tem a função de evangelizar e conseguir o maior número de fiéis. 29,6%, 8 pessoas, viram Libras

através das pessoas surdas que conhecem ou que já tiveram a oportunidade de interagir.

A questão 6 foi genérica, apenas queríamos saber se os policiais conheciam alguma pessoa surda, sem nos preocupar se eram próximas ou não. Pois o objetivo era verificar se eles tinham algum contato com essas pessoas sem nos preocupar com o nível de intimidade.

Gráfico 7: Conhece alguma pessoa surda?

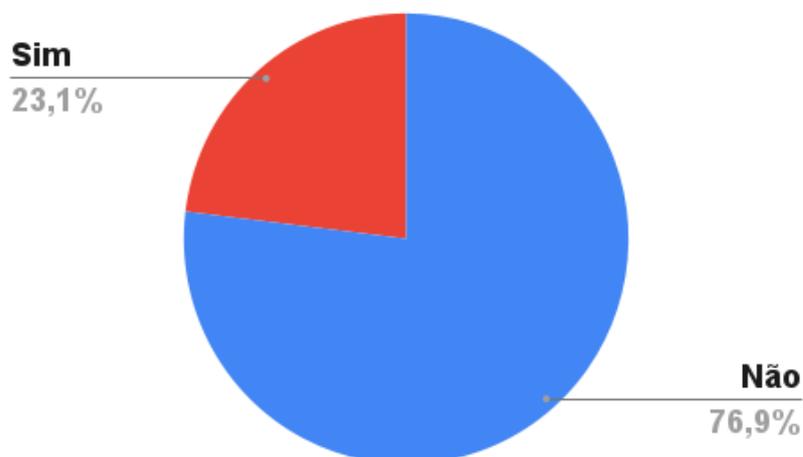


Fonte: Autoria própria

Dentre as respostas, observamos que 21 (40,4%) policiais responderam que não conhecem nenhuma pessoa surda e 31 (59,6%) tiveram a oportunidade de conhecer. O número reflete a crescente autonomia das pessoas surdas, as quais passaram a frequentar, com maior independência, diversos locais de interação com outros surdos e até mesmo pessoas ouvintes.

A questão 7 quis identificar a quantidade de policiais que já abordaram ou se envolveram em ocorrência com pessoa surda, apesar dos dados quantitativos não serem determinantes para considerar a necessidade do aperfeiçoamento na língua de sinais, pois os casos enfrentados de maneira menos frequente pelas polícias militares são os que costumam ter uma solução que não é a aceitável.

Gráfico 8: Já abordou ou se envolveu em ocorrência com alguma pessoa surda em serviço?



Fonte: Autoria própria

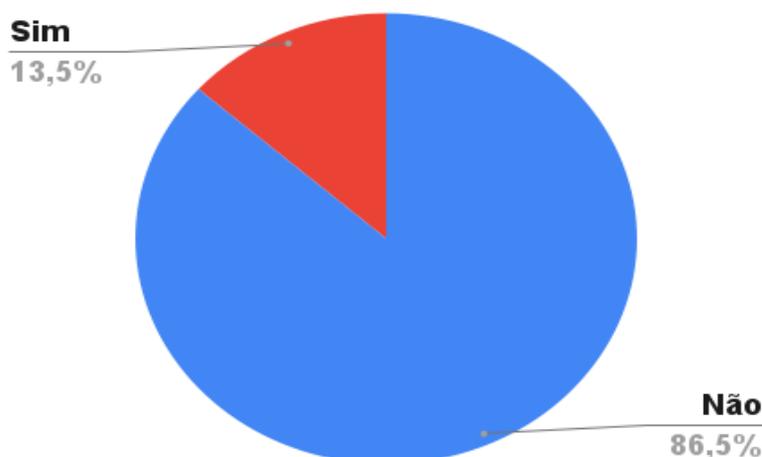
O gráfico acima mostra que apenas 12 (23,1%) pessoas já abordaram ou se envolveram em ocorrências com pessoas surdas. No entanto, a quantidade não reflete necessidade de se capacitar a tropa para esses tipos de ocorrência. 40 (76,9%) policiais nunca se envolveram em abordagem com pessoas surdas.

A pergunta 8 foi aberta e teve o intuito de complementar a anterior para quem respondeu sim. Perguntamos: Se sim, na ocasião, como você fez para se comunicar? O objetivo era saber com os policiais, como foi o desenvolvimento da ocorrência, quais os subterfúgios utilizados para conseguir se comunicar com a pessoa surda, se usaram a Libras, gestos, escrita ou ajuda de outra pessoa.

As 12 pessoas que colocaram sim anteriormente, responderam essa questão. Fazendo compreender o desenvolvimento da comunicação no decorrer da ocorrência. Apontou que 4 policiais (33,33%), que se envolveram com essas situações conseguiram se comunicar por Libras, mesmo que por um diálogo bem básico como relatado por eles durante a aplicação. As outras 8 respostas (66,66%) dadas, relataram ajuda recebida das pessoas ouvintes que acompanhavam quem tinha deficiência auditiva: “A pessoa que estava com o surdo conseguia entender”, onde o acompanhante aparentemente era ouvinte, segundo o policial; ou de algum companheiro da guarnição: “Obtive ajuda de um sgt que sabia libras”. Um falou não entender o abordado: “Não consegui muito, fizemos a busca pessoal e foi liberada”.

Após verificarmos se os policiais tinham tido algum contato com surdos, a questão 9, quis verificar a percepção do policial sobre seu preparo para atender as ocorrências nessa situação.

Gráfico 9: Você se sente preparado para atuar em uma abordagem com cidadãos surdos?



Fonte: Autoria própria

Percebemos que uma porcentagem muito baixa dos policiais 13,5%, somente 7 deles acreditam que estão preparados para manter uma comunicação com o surdo. Vale destacar, que entre esses que responderam sim, alguns salientaram que se a ocorrência “evoluir”, exigindo um vocabulário mais rico de Libras, certamente complicaria a comunicação no momento. 45 (86,5%) colocaram que não se sentem preparados e seguros para se comunicar, apesar de já terem tido contado com a disciplina em cursos e formação na corporação. Assim, pela percepção dos policiais é necessário investir na capacitação da tropa.

A questão 10 teve o intuito de complementar a questão anterior, pedindo para justificá-la, dizendo o porquê eles se sentiram preparados ou não para realizar uma abordagem à pessoa surda. Todos os 52 entrevistados participaram desse momento. Os que responderam sim, apesar de enfatizarem o quanto precisam aprimorar seus conhecimentos, julgaram-se capaz de atender esse tipo de ocorrência, mesmo com as dificuldades da língua, que exige uma constante aprendizagem. Aparecendo respostas como “devagar consigo compreender” e “Cada abordagem é diferente da outra, se for simples e devagar consigo entender o básico”.

Em relação aos 45 (86,5%) que responderam de forma negativa à questão anterior, totalidade alegou não conhecer Libras ou conhecer muito pouco: “não sei os sinais”; “não estudei Libras”; “conheço muito pouco”. Observa-se que alguns não

tiveram a oportunidade de cursar a disciplina de Libras, assim, não desenvolveram o interesse em procurar aprender por outros meios.

É relevante destacar os Procedimentos Operacionais Padrão de abordagem a qualquer cidadão ouvinte, priorizando mais a execução da abordagem do que os aspectos legais que a cercam. Existem determinadas situações de abordagens efetuadas pelos policiais militares, as pessoas suspeitas, as infratoras da lei, a os veículos, residências e edificações. Como já citado, anseia-se com esses manuais, a adoção desses procedimentos no serviço operacional diário. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, 2005).

Considerando a chegada dos policiais no local da ocorrência, o primeiro procedimento a ser tomado é prezar pela segurança da guarnição, seja de viatura ou a pé. Em seguida, a guarnição, com a formação ideal composta por quatro policiais, deve manter contato com os suspeitos ou envolvidos na ocorrência. O comandante da patrulha é quem verbaliza com o abordado, dando os comandos para este obedecer e facilitar o desenvolvimento da ocorrência.

De acordo com o POP da PMMA, elencamos a sequência de comandos dados pelo comandante da guarnição para que seja realizada a busca pessoal (“baculejo”), sempre preservando a segurança dos policiais e buscando embasamento em técnicas mais atuais. Começando por uma fala de atenção como “PARADO! POLÍCIA!”. Acontecendo tudo dentro da normalidade numa abordagem a pessoa suspeita, seguem-se os comandos “ENTRELASSE OS DEDOS”, “MÃOS NA CABEÇA”, “VIRE DE COSTAS”. Realizada a busca pessoal, a guarnição pede a identificação da pessoa abordada e se estiver tudo conforme a lei será liberada.

Assim, o conhecimento da Língua de Sinais Brasileira é indispensável, pois é a o principal meio que o policial terá para comunicar-se com a pessoa surda, possibilitando passar os comandos a serem executados pelo surdo durante a abordagem, ou compreender a necessidade de uma possível solicitação do serviço policial militar da pessoa surda.

Para responder à questão 11, foi anexado um vídeo sinalizado com frases comuns em situação em que a pessoa surda solicita o serviço do policial militar. Foram 04 (quatro) frases utilizadas no contexto de ocorrência para os participantes da pesquisa identificarem o significado de sinais ou de toda frase. O participante tinha a opção de ver o vídeo todo ou pausar ao término de cada frase ou palavra feita.

Assim, como a língua portuguesa, na Libras também existem os níveis linguísticos, correspondendo a os aspectos fonológicos, morfológicos, de sintaxe e semântica. A principal diferença das línguas de sinais para as línguas orais é em relação à sua modalidade visual-espacial, enquanto as outras são orais-auditivas (MORITZ et. al., 2018).

Destaca-se ainda a sintaxe como processo de formação das frases, um dos motivos de maior estranhamento das pessoas ouvintes ao começarem a construir frases em Libras, pois na língua portuguesa é respeitada a concordância e regência, considerando as colocações durante a construção para manter uma relação formal entre as palavras, pois ela é representada através da oralidade e da escrita. Na sintaxe da Libras, por ser construída em razão do que se é percebido visualmente da realidade, os sinais e expressões na formação de um enunciado seguem regras próprias de acordo com processamento das ideias da pessoa surda (MORITZ et. al., 2018).

Perante isso, existem diversas formas de construção de determinado enunciado, assim como um sinal pode representar diferentes significados. Isso é comum a todas as línguas. Sendo assim, vale destacar que as palavras escolhidas devem ser analisadas dentro de um contexto para que sejam compreendidas, pois as palavras isoladas podem não ser consideradas adequadas. Ainda não existe um Glossário em Libras específico para o contexto policial, sendo necessária adequação linguística para o contexto policial.

Retomando o conteúdo do questionário, o primeiro sinal em Libras realizado no vídeo da questão 11, foi o cidadão informando que ele era surdo.

Figura 3: Significado - Surdo



Fonte: Autoria própria

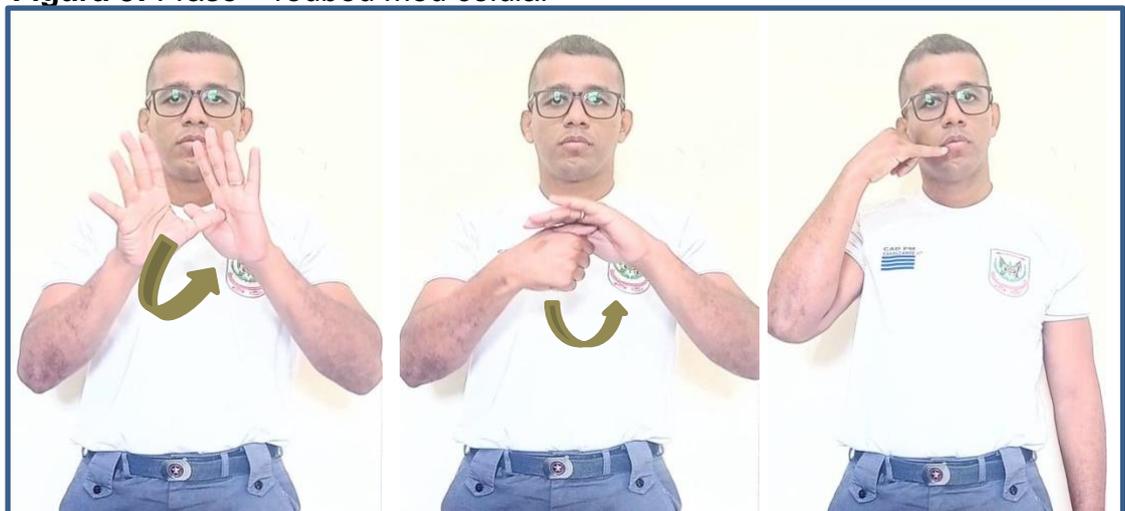
Apesar de muitos informarem que não sabiam Libras, 28 (53,84%) policiais conseguiram identificar o significado de “surdo” ao assistir o trecho do vídeo. Dentre os que acertaram, um número considerável informou que não tinha total certeza, porém tinha o conhecimento por ter visto o sinal anteriormente.

No segundo momento do mesmo vídeo, a pessoa surda informa a guarnição policial que foi assaltada por alguém armado, apontando para si e fazendo o sinal de uma arma. É importante destacar, que em uma situação real a tensão é bem maior, refletindo no nível de estresse de todos os envolvidos, por isso a relevância de manter a calma.

Figura 4: Frase – fui assaltado

Fonte: Autoria própria

Apenas 10 pessoas (19,2%) compreenderam esse sinal. 4 policiais (7,7%) responderam que ele estava mostrando uma arma, o que não está totalmente errado, considerando as peculiaridades da Libras, onde observa-se inúmeras variações, de acordo com cada região do Brasil, e diferente da língua portuguesa que falamos, apesar de ser expressa para os ouvintes através dela. Pela extensão do território maranhense, é comum ocorrer essas variações dentro do estado, o caso das cidades próximas do Piauí, como Timon – MA e Parnarama. Os policiais que compreendem a Libras devem atentar para essas situações. Sendo assim, 38 pessoas (73,1%) acertaram o significado da frase, onde muitos responderam “não sei” ou “nenhuma”.

Figura 5: Frase – roubou meu celular

Fonte: Autoria própria

Como resposta à frase que foi mostrada no vídeo, tiveram dezessete corretas por completo. Uma resposta associou a querer fazer uma ligação depois de ter sido roubado. Essa resposta justifica-se pelo sinal de telefone e telefonar serem muito parecidos, diferenciados apenas pelo parâmetro de movimento. Alguns sinais da Libras são denominados icônicos, pois são gestos bastante utilizados em outras situações, ao exemplo do sinal de “roubar”, utilizado muitas vezes por torcedores em centros esportivos para reclamar com arbitragem.

A última frase do vídeo é informando que havia perdido os seus documentos, tem uma complexidade maior que as anteriores. Nos casos de sinais com maior dificuldade, é aconselhável que o policial faça com que a pessoa surda fique mais calma.

Figura 6: Frase – perdi meus documentos



Fonte: Autoria própria

Foram dadas oito respostas de maneira correta, considerando que alguns associaram o sinal de documentos (ao meio) como sendo identidade, porém não compromete tanto o entendimento da ocorrência. Os outros 46 policiais que participaram da pesquisa sequer arriscaram o significado.

A questão 12, traz o vídeo no questionário que simula uma situação em que o policial realiza abordagem a pessoa surda. O vídeo que embasa a pergunta traz cinco frases para a realização da abordagem: “sou policial”, “você será abordado”, “vire-se para parede e abra as pernas”, “entrelace os dedos e coloque as mãos atrás da cabeça” e “Você será conduzido para a delegacia”. Analisando os dados

fornechos pela questão 25 (48,1%), dos 52 policiais que responderam à questão, declararam que não sabia nenhuma das frases e apenas 5 pessoas (9,6%) conseguiu acertar todas as frases da questão. As respostas coletadas nessa questão seguem a mesma perspectiva da anterior, onde algumas são acertadas por já terem visto o sinal em algum lugar, perceber alguns gestos pela forma ou por serem utilizados em outras ocasiões alheias ao contexto das pessoas surdas. A primeira frase informa que a pessoa na situação hipotética é um policial.

Figura 7: Significado – Polícia ou Policial



Fonte: Autoria própria

Nessa primeira situação, uma pessoa (1,9%) confundiu o sinal com o de “amo você” e mais uma (1,9%) com “oi”. Positivamente, pode ser citado que este foi o sinal com mais acerto nas respostas, com 23 sujeitos (44,2%) compreendendo-o.

O segundo sinal é complexo, pois existem outras possibilidades gestuais-visuais que podem indicar abordagem, como por exemplo, a que representa uma busca pessoal, onde o policial coloca os dedos em forma de “V” em direção aos olhos e em seguida direcionando ao abordado, indicando que ele será revistado (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2014).

No entanto, a escolha feita para a situação da questão, está voltada para chamar a atenção da pessoa suspeita, “venha aqui”. No contexto da ocorrência, é relevante a utilização desse sinal para o bom desenvolvimento da abordagem, se necessário inclui-se o exemplificado no parágrafo anterior. No sinal apresentado no vídeo, percebe-se que uma mão fica fechada e a outra tocando levemente os dedos e movimentando-os em cima da mão que está fechada.

Figura 8: Frase – você será abordado



Fonte: Autoria própria

Somente em 07 respostas (13,46%) observou-se que os policiais compreenderam o sinal, relacionando com o verbo chamar ou ser abordado ou buscar sua atenção para a realização de uma busca pessoal. 26 (50%) colocaram que não sabiam completando com 19 (36,54%) pessoas que não citaram nada relacionado ao sinal.

A terceira situação do vídeo traz o comando de entrelaçar os dedos, em seguida, indica para o abordado colocar as mãos na cabeça, região da nuca.

Figura 9: Frase – entrelaçar os dedos e colocar atrás da cabeça



Fonte: Autoria própria

Nesse momento do vídeo, 18 pessoas informaram que compreenderam os sinais, sendo que cinco dos policiais citaram somente “coloque as mãos na cabeça”, o entanto, as respostas escritas por esses policiais estavam dentro do contexto da situação apresentada. Apesar dos gestos serem autoexplicativos, 34 (65,4%) dos entrevistados não citou esse significado em suas respostas.

A quarta frase, mostra a autoridade policial dando a orientação de virar-se para parede, ou simplesmente virar-se, através do sinal de “pessoa” com uma mão. Em seguida, é indicado para o abordado abrir as pernas para ficar na posição mais adequada para a abordagem, como exemplificado na figura abaixo.

Figura 10: Frase – fique de frente para o muro ou vire-se para a parede



Fonte: Autoria própria

Relacionado a esse momento da simulação, 11 policiais responderam corretamente a frase, com algumas diferenças de compreensão, no entanto, não prejudicaria o diálogo na abordagem. as outras 41 pessoas não destacaram nada associado à frase,

Concluindo a questão 12 e o questionário, a última situação de abordagem a pessoa surda que foi simulada no vídeo, é informando ao cidadão que ele será conduzido para a delegacia de polícia. A maneira mais adequada escolhida para o desenvolvimento do estudo foi formando a frase com os sinais de “agora”, “juntos”, “ir ou vamos” e “casa” acompanhada das denominações de delegacia e polícia.

Figura 11: Frase - Vamos para a delegacia de polícia



Fone: Autoria própria

Por ser uma frase um pouco mais longa, apenas 8 pessoas (15,38%) acertaram do que estava se tratando. A escolha lexical de CASA para designar delegacia, fez com que considerasse respostas onde foi citado quartel. Assim, 46 (84,62%) pessoas não conseguiram identificar do que se tratava a frase.

Concluída a fase do questionário, ressaltamos a relevância do aperfeiçoamento em Libras, seja nos Cursos de Formação de Soldados ou Oficiais, seja em formação continuada para quem está atuando na profissão a mais tempo.

Vale destacar que o tempo de coleta e análise dos dados foram pouco. Mas apesar disso, não afetou o desenvolvimento da pesquisa e nem a compreensão dos dados, mesmo assim conseguimos observar e destacar pontos relevantes na análise. Observamos que apenas a disciplina de Libras não é suficiente para

capacitação linguística em Libras, é necessário interação com a comunidade surda e formação continuada.

Consideramos que essa busca do conhecimento pode ser pessoal ou institucional. Os dados também mostram que a carga horária do Curso de Libras ofertado pela instituição é pouca para garantir conhecimentos suficientes para que os agentes de segurança pública atuem de maneira plena em todas as ocorrências envolvendo pessoas surdas, mas garante um melhor atendimento e facilita a acessibilidade. O questionário mostra que, o primeiro contato com a língua de sinais, desperta a atenção para que alguns policiais façam outros cursos mais aprofundados em Libras e um olhar diferenciado para as pessoas surdas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como finalidade evidenciar as contribuições essenciais trazidas pelo ensino de Libras, fazendo com que os policiais tivessem uma noção básica ou reconhecessem alguns sinais em Libras, modificando a concepção dos policiais sobre a necessidade de saber a língua de sinais para proporcionar o acesso das pessoas surdas aos serviços de segurança, sendo a acessibilidade um direito conquistado por lutas da comunidade surda que perduram por séculos.

É perceptível, através de uma análise histórica, que as garantias dos cidadãos com deficiência auditiva foram negligenciadas por muito tempo pelas Polícias Militares estaduais, talvez por conta da rigorosa disciplina e uma formação ligada ao tradicionalismo da sua tropa. Os serviços ofertados pelas corporações quase sempre excluía essa população específica. No entanto, com a evolução da legislação nacional de políticas públicas de inclusão, as instituições militares estão passando a ter um outro olhar sobre a inclusão e a acessibilidade, adaptando procedimentos para atender essa demanda. Diante disso, ocorre a inclusão da disciplina Libras nos cursos de CFO e CFSD da PMMA.

Essa atitude da instituição reforça a luta da comunidade surda e da Lei nº 10.436/02, que reconhece a Libras como uma importante conquista para as pessoas surdas. É sem dúvida, uma das leis de maior representatividade da comunidade surda dentro da sociedade brasileira, pois a partir dela vem ocorrendo o empoderamento do sujeito surdo, valorização linguística e cultura do povo surdo,

bem como do profissional intérprete de Libras para mediar a comunicação e nos diversos espaços públicos e particulares.

As políticas públicas de inclusão passaram a ter mais atenção para o acesso das pessoas com surdez e proporcionaram várias conquistas. Dentre as conquistas destacamos as educacionais com a inclusão da disciplina Libras para os cursos de licenciaturas como obrigatória e nos demais como optativo, e isso refletiu na formação de profissionais da Segurança Pública. Entre as legislações destacamos o Decreto nº 5.626/2005, que veio regulamentar a lei da Libras e trouxe uma definição mais clara sobre a pessoa surda, dentre outros ordenamentos jurídicos já citados neste estudo.

Assim, todo esse suporte teórico constituiu uma base bem fundamentada para o desenvolvimento da pesquisa, tendo uma melhor percepção sobre a temática principal, por meio do questionário e observações realizadas durante os policiamentos realizados. Com isso, afirma-se que é imprescindível que os policiais aprendam a língua de sinais para assegurar o direito das pessoas surdas à segurança, oferecendo um serviço técnico e especializado para a garantia da acessibilidade. Observou-se pelas respostas do questionário, apesar de não ocorrer com frequência, as ocorrências com pessoas surdas estão presentes na realidade do policiamento ostensivo e outros serviços prestados pela Polícia Militar do Maranhão.

Os avanços que aconteceram na PMMA ainda são recentes e discretos, até por isso, as contribuições da inserção da disciplina de Libras ainda são modestas, mas já é perceptível a mudança de pensamento dentro da tropa, tanto de quem planeja quanto de quem está executando. Conhecer a Libras possibilita a comunicação com os surdos, evitando falhas que podem ter consequências graves em nosso serviço, então, se faz necessário uma reestruturação nas grades curriculares dos Cursos de Formação, acrescentando mais horas aula, além de pensar em metodologias que possibilitem maior prática. A capacitação dos policiais que buscam o conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e a formação continuada, devem ser ofertada pela corporação para oferecer condições de aprendizagem aos policiais, bem como eles terem curiosidade e interesse de aprender cada vez mais.

Conclui-se assim, que a Libras é uma ferramenta que proporciona a acessibilidade das pessoas surdas a diversos direitos fundamentais, dentre eles o

direito a segurança. É importante destacar que a concepção de acessibilidade transcende os aspectos relacionados a espaços físicos, associando-se então a participação efetiva das pessoas surdas em todas as esferas sociais. Diante disso, somente o entendimento da Libras não é satisfatório para o policial desempenhar plenamente seu papel, sendo indispensável o conhecimento sobre a comunidade surda, sua cultura e identidade, compreendendo todas as dificuldades enfrentadas ao longo da história por eles, para assim assumir a responsabilidade e dever de proteger a todos.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA. **A cura de um surdo de Decápolis**. Disponível em: <https://www.searaagape.com.br/acuradeumsurdoegago.html>. Acesso em: 29 maio 2022.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos** - (217 [III] A), 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org> Acesso em: 8 set. 2022.

AZEVEDO, D. R. N; et. al. **Curso de Libras na Formação de Soldado da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso**: reflexo no desempenho do policial militar. 2018. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/download/398/449>. Acesso em: 31 maio 2022.

BAHIA. Defensoria Pública do Estado. **O que você precisa saber sobre abordagem policial** / Defensoria Pública do Estado da Bahia. - 2ª. Ed. - Salvador: ESDEP, 2021.

BARTOLOMEU, P. P. **A Comunicação do Surdo com a PMDF por meio do Centro de Operações Policiais Militares (COPOM)**. Monografia (Graduação) Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais, 2021.

BEYER, O. H. **Da integração escolar a educação inclusiva**: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. et al.(Orgs) inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas: Porto Alegre; mediação, 2006.

BOMBEIRO QUE CONVERSOU EM LIBRAS COM VÍTIMA DE ACIDENTE PINTA CASA COM ALFABETO DE SINAIS PARA ESTIMULAR APRENDIZADO. **G1**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2020/03/14/bombeiro-que-conv-ersou-em-libras-com-vitima-de-acidente-pinta-casa-com-alfabeto-de-sinais-para-estimular-aprendizado.ghtml>. Acesso em: 30 maio 2022.

BRASIL. Campanha para a educação do surdo brasileiro. Decreto nº42.728/1957. Rio de Janeiro, 3 dez. 1957. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42728-3-dezembro-1957-381323-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 out. 2022

BRASIL. a Lei n.º4.024, 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. **Constituição** da Republica Federativa do Brasil. Brasília, Imprensa Oficial,1988.

BRASIL. **Lei Federal n. 7.853**, de 24 de outubro de 1989 - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a

atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.298/1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853/1989 - Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção. [S.l.: s.n.], 1999. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3298-20-dezembro-1999-367725-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL, **lei nº 10.436**, de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais-libras e dá outras províncias. 2002.

BRASIL. **Decreto n.º 5.626**, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de Abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 19 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Institui a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 set. 2022.

CÂMARA APROVA PROJETO QUE CRIA EM SÃO LUÍS CENTRAL DE INTÉRPRETES DE LIBRAS. **Câmara Municipal de São Luís**, São Luís, 2019. Disponível em: <https://www.camara.slz.br/camara-aprova-projeto-que-cria-em-sao-luis-central-de-interpretres-de-libras/>. Acesso em: 15 set. 2022.

CAVALCANTI, Francisco Rodrigo P., e SILVEIRA, Jarbas A. N. Fundamentos de Gestão de Projeto: gestão de riscos. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

COSTA, A. C. O. S. **Contribuições do Ensino-Aprendizagem de Libras para a Formação do Cadete da Polícia Militar do Maranhão**: numa perspectiva de fornecimento à acessibilidade comunicacional entre policial e a pessoa surda. Monografia (Graduação) – Curso de Formação e Oficiais PM-MA, Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

COUTINHO, D. **Libras e língua portuguesa** (semelhanças e diferenças). V.II, Arpoador, 2000.

FRANÇA, J. B. Pessoa Surda e Autonomia Freiriana: o ciberespaço como meio de soerguimento. **Docência e Cibercultura**. v. 5, n. 3, p. 139 – 150, set./dez. 2021

GABRIELA, A. Libras é um idioma! **IMEPE**, 2021. Disponível em: <https://imepeducacional.com.br/libras-e-um-idioma/>. Acesso em: 01 set. 2022.

GAUTO, P. R. et al. Aprendendo Libras como Segunda Língua Nível Básico. **Instituto Federal de Santa Catarina – Palhoça**, 2007. Disponível em: https://www.palhoca.ifsc.edu.br/materiais/apostila-libras-basico/Apostila_Libras_Basico_IFSC-Palhoca-Bilingue.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.

GESSER, A. **Libras? Que Língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓES, M. C. R.. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista**. 7. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010: Deficiência auditiva severa**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,-2,-3,128&ind=4643>. Acesso em: 05 jun. 2022.

KEZIO, G. F. L. **Oralismo, comunicação total e bilinguismo: propostas educacionais e o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita de surdos**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LETRAS, 1., 8 a 10 de jun. 2016, Bacabal (MA). Anais... Bacabal (MA): EDUFMA. 2016. p. 166-180. Tema: Linguagem e diversidade cultural.

LACERDA, C. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos. **Caderno CEDES**, vol. 19, n. 46, Campinas, setembro, 1998.

LIRA, K. F. S.; DIODATO, J. R. Reflexões sobre a Garantia dos Direitos Humanos à Educação Bilíngue para Pessoas Surdas. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 05., 2018, Olinda – PE, **anais eletrônico** [...] Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48860>. Acesso em: 05 set. 2022.

LÚCIO, Viviane Duarte. **Abordagem policial à suspeitos com deficiência auditiva**. (Monografia) Graduação em Ciências Militares com ênfase em Defesa Social, Academia da Polícia Militar, Belo Horizonte, 2008.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARANHÃO. **Constituição (1989)**, 05 de outubro de 1989. Constituição do Estado do Maranhão. São Luís, 2019. Disponível em: <http://www.al.ma.leg.br/arquivos/constituicaooma.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

MARANHÃO, **Lei nº 11.097**, de 05 de setembro de 2019. Dispõe sobre a presença de intérpretes de Libras nas exposições de eventos públicos culturais e sociais. São Luís, 2019.

MARANHÃO. **Lei nº 8.564**, 11 de janeiro de 2007. Acesso das pessoas surdas ou com deficiência auditiva à educação no sistema estadual de ensino no Maranhão. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ma/lei-ordinaria-n-8564-2007-maranhao-estabelece-normas-de-uso-e-difusao-de-libras-para-o-acesso-das-pessoas-surdas-ou-com-deficiencia-auditiva-a-educacao-no-sistema-estadual-de-ensino-no-maranhao#>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENOSSE, L. de C. Estudo Histórico dos Surdos. **Recanto das Letras**, 2011. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-educacao/2835735>. Acesso em: 03 out. 2022.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOREIRA, Luiz Henrique Ribeiro. **A comunicação entre o surdo e o policial militar em Belo Horizonte: percepção crítica da população surda**. (Monografia) Curso de Especialização em Segurança Pública. 2007. 122 f. Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2007.

MORI, N. N. R., SANDER, R E. **História da educação de surdos no Brasil**. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2015, p. 01-16.

MOURA, M. C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio Janeiro: Reviver, 2000.

MORITZ, J. et al.. **Uma análise sobre as diferenças estruturais entre a língua portuguesa e a língua brasileira de sinais na produção textual do aluno surdo**. in: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, Anais... Campina Grande: Realize Editora, 2018.

NUNES, K. Abordagem policial: a busca pessoal e seus aspectos legais. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 2958, ago. 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/19727>. Acesso em: 12 set. 2022.

PAULA, V. A. B. de. **Abordagem Policial: contribuições para a implantação de Procedimento Operacional Padrão (POP)**. Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais PM-MA, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

PERLIN, G.T.T. **Identidades surdas**. In: SKLIAR, C. (Org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

POLICIAL MATA MOTORISTA SURDO-MUDO EM OPERAÇÃO DE TRÂNSITO NOS EUA. **G1**, 2016. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/08/policial-mata-motorista-surdo-mudo-em-operacao-de-transito-nos-eua.html>. Acesso em: 01 set. 2022.

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS. **Procedimento Operacional Padrão** / Polícia Militar de Goiás. 3 ed. Goiânia: PMGO, 2014.

POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ. **Boletim Geral nº 136**, 27 de julho de 2018. Macapá, 2018.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, Estado Maior. **Procedimento Operacional Padrão** - Manual de Abordagem Policial. PMMA, São Luís, 2005.

PORTAL DA APMGD PASSA A UTILIZAR TRADUTOR DE LIBRAS, **APMGD**, 2020. Disponível em: <http://apmgd.com/web/portal-da-apmgd-passa-a-utilizar-tradutor-de-libras/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

QUADROS, R. M.; CAMPELLO, A. R. e S. **A CONSTITUIÇÃO POLITICA, SOCIAL E CULTURAL DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS-LIBRAS**. In: VIEIRA-MACHADO, Lucylene M. C; LOPES, Maura Corcini. (Org.). Educação de Surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Art. Med. 2004.

QUIXABA, M. N. O. **Práticas Inclusivas na Escola: o que faz sentido para os (as) alunos (as) com deficiência?** Orientadora: Profª Drª Mariza Borges Wall Barbosa de Carvalho. 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Em Educação, Universidade Federal do Maranhão, 2011.

ROCHA, S. M. da. **Memória e história: a indagação de Esmeralda/ Solange Rocha**. – Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2010.

SALAMANCA, Declaração de. **Sobre Princípios e Práticas na Área das Necessidades Educacionais**, 1994, Salamanca - Espanha.

SANTOS, S. C. P dos. **Uma Trajetória da Produção Discursiva no Estatuto da Asma: um acontecimento discursivo na constituição da associação como lugar de resistência e subjetividade surda**. Orientadora: Profa. Dra. Ilza do Socorro Galvão Cutrim. 2020. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Maranhão, 2020.

SÃO LUÍS. **Lei nº 4.511**, de 27 de julho de 2005. Institue a inclusão de profissionais em comunicação e expressão da Língua Brasileiras de Sinais - libras, nas recepções dos órgãos públicos municipais e dá outras providências. São Luís, 2005.

SILVA, R. T. da. Surdos e Segurança Pública: a necessidade da comunicação. **Revista Homens do Mato**, v. 6, p. 9 – 37, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/161>. Acesso em: 03 jul. 2022.

SILVEIRA, J. P. da. **10 passos para se elaborar um projeto de pesquisa de campo**. 1. ed. Olinda, PE: Livro rápido, 2010.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS – CFO/PMMA

Sou acadêmico do Curso de Bacharelado em Segurança Pública – Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, no Campus de São Luís e peço sua colaboração no preenchimento deste questionário sobre: **CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE LIBRAS PARA FORMAÇÃO DOS POLICIAIS QUE ATUAM NO 1º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE TURISMO DO MARANHÃO - BPTUR - uma concepção sobre a acessibilidade das pessoas surdas à segurança pública**, sendo requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel e, irmanada à Academia de Polícia Militar “Gonçalves dias” – APMGD, ser declarado Aspirante a Oficial da PMMA. As informações aqui contidas serão tratadas como confidenciais e usadas unicamente para a produção do trabalho.

Elson Carlos Cavalcante Vasconcelos

Você aceita participar da pesquisa?

- a) Sim
- b) Não

SEÇÃO 2 - IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Posto / Graduação:

- a) 1º Tenente
- b) 2º Tenente
- c) Cabo
- d) Soldado
- e) outros

SEÇÃO 3 - QUESTIONÁRIO

1. Sabe Língua Brasileira de Sinais (Libras)?

- a) Sim

- b) Não
- 2. cursou a disciplina de Libras em Curso de Formação na Instituição?
 - a) Sim
 - b) Não
- 3. Se sim, foi em qual curso?
 - a) CFSD
 - b) CFO
 - c) outros
- 4. Seu primeiro contato com a Libras foi na disciplina ofertada nos Cursos de Formação da PMMA?
 - a) Sim
 - b) Não
- 5. Se não, onde foi?
 - a) Centro de Ensino de Apoio à Pessoa com Surdez
 - b) SENAC
 - c) Associação de surdos
 - d) Com uma pessoa surda
 - e) outros
- 6. Conhece alguma pessoa surda?
 - a) Sim
 - b) não
- 7. Já abordou ou se envolveu em ocorrência com alguma pessoa surda em serviço?
 - a) Sim
 - b) Não
- 8. Se sim, na ocasião, como você fez para se comunicar?
- 9. Você se sente preparado para atuar em uma abordagem a cidadãos surdos?
 - a) Sim
 - b) Não
- 10. Em relação à questão anterior justifique sua resposta..

- O vídeo é uma simulação de situações as quais a pessoa surda solicita o serviço policial. São realizadas 04 (quatro) frases em Libras: <https://youtube.com/shorts/M5y3U7wyzql?feature=share>.

11. Quais frases conseguiu identificar?

- O vídeo é uma simulação de uma ocorrência na qual o policial militar aborda uma pessoa surda. São realizadas 05 (cinco) frases em Libras: <https://youtube.com/shorts/IHwXGuK1fNA?feature=share>.

12. Quais frases conseguiu identificar?

ANEXOS

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ENSINO

RECEBIDO EM 02/09/2022

As 10 h. 46

Recebedor e Mot.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ENSINO

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR "GONÇALVES DIAS"

Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº - Calhau, São Luís - MA, Cep: 65074-220. E-mail: apmgdma@gmail.com

São Luís – MA, 1º de setembro de 2022.

Ofício nº 305/2022 – P/1 APMGD



Senhor Diretor,

Do: Ten Cel. QOPM Cmt. da APMGD.

Ao: Cel. QOPM Diretor de Ensino da PMMA

Assunto: Solicitação

Anexo: Quadro de temas das Monografias da 25ª Turma do CFO - PMMA

Considerando que a Academia de Polícia Militar possui a missão de formar os futuros Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, com atividades voltadas para atender os Cadetes PM da PMMA, proporcionando com as diversas atividades melhor formação para Cadetes;

Considerando que se aproxima a formatura da 25ª Turma do Curso de Formação de Oficiais, com encerramento prevista para o último trimestre do corrente ano;

Considerando que todos os alunos devem apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no caso a Monografia, sendo escolhidos pelos mesmos variados temas, que beneficiam todos os Grandes Comandos da Corporação;

Considerando que todos necessitam de informações junto aos Grandes Comandos, Diretorias e até mesmo junto a diversas Unidade Policiais, sendo necessário o pedido formal dos alunos ao Gestor máximo para realizar pesquisa de campo; e

Considerando finalmente, a economia processual, redução de gasto de papel e ganho de tempo para os alunos e o Comando da PMMA.

Encaminho a Vossa Senhoria a relação em anexo, contendo a relação dos alunos da 25ª Turma do CFO – CFO IV, com seus temas e respectivos orientadores para conhecimento e solicito que faça gestão junto ao Senhor Cel QOPM Comandante Geral da Polícia Militar, para autorizar todos os Cadetes a realizarem pesquisa de campo, nas unidades policiais da PMMA.

Respeitosamente,

Ten Cel. QOPM Everardo dos Santos Pereira Mendes